

FOLHA DE S. PAULO 27 ABR 2019

OSCAR VILHENA VIEIRA

Professor da FGV Direito SP, mestre em direito pela Universidade Columbia (EUA) e doutor em ciência política pela USP; autor de "A Batalha dos Poderes"

Judiciário e a democracia

Devem os juizes obediência à lei ou à opinião pública?

Aplicar a lei é uma atividade difícil e custosa, especialmente quando as sentenças desagradam a opinião pública ou os interesses de pessoas e grupos poderosos.

Não foi por outra razão que, desde o início da modernidade, muitos soberanos, originalmente responsáveis por fazer justiça entre seus súditos, foram paulatinamente transferindo essa espinhosa função para cortes de juristas ou mesmo para grupos de jurados. Dessa forma, o infortúnio dos súditos que se viam em conflito com a lei não poderia mais ser diretamente atribuído ao rei.

Com as revoluções burguesas e as constituições e declarações de direitos que delas decorreram, a soberania foi deslocada para o povo, que deve expressá-la por intermédio de leis gerais, que a todos obrigam. Dessa forma o cidadão se transformou ao mesmo tempo em soberano e súdito de si mesmo, na expressão de Jean-Jacques Rousseau.

Ao Judiciário foi conferida independência em relação aos poderes políticos, cabendo a ele resolver conflitos e responsabilizar aqueles que violam direitos, levando em consideração única e exclusivamente o determinado pela lei. Esse é o elo essencial da Justiça com a democracia.

Mais do que isso, a imposição de penas ou restrições de direitos só seria válida se levada a cabo em estrito cumprimento ao devido processo legal. Esse conceito, que tem múltiplas dimensões, está essencialmente associado à ideia de que ninguém pode

ser juiz de sua própria causa. Logo, que todos temos o direito de sermos julgados de forma imparcial. A imagem da deusa da justiça vendada expressa essa dimensão essencial da função judicial nos regimes constitucionais.

Peço perdão ao leitor por retomar essas premissas fundamentais do Estado democrático de Direito, que todos conhecem. Faço com o único objetivo de buscar contribuir para a discussão sobre qual o tipo de relação deve o Judiciário manter com a opinião pública.

Como lembrou a revista *The Economist* desta semana, Alexis de Tocqueville previu há muito tempo que "mais cedo ou mais tarde" o sistema de eleição popular de juizes "levará a resultados desastrosos... pois ficará claro que reduz a independência dos magistrados..."

Embora no Brasil não tenhamos, felizmente, adotado o sistema norte-americano de eleição de magistrados, os sucessivos escândalos de corrupção tiveram um impacto devastador sobre a confiança nas instituições políticas, o que projetou os agentes do sistema de Justiça (policiais, procuradores e juizes) para o centro da arena política.

A ambição de atender os anseios da população, embora pareça legítima, nem sempre está em linha com a missão de aplicar a lei imparcialmente.

Nesse contexto, muitos têm buscado estabelecer uma relação direta com a opinião pública, inclusive como estratégia para a vencer a inércia

que sempre assegurou a impunidade dos mais poderosos.

Esse, porém, é um movimento arriscado, pois a autoridade dos magistrados não deriva de sua capacidade de interpretar os anseios da opinião pública — até porque não foram eleitos para isso —, mas está diretamente associada à capacidade de aplicar, de forma imparcial, a lei, deixando isso claro à opinião pública. Goste ela ou não do resultado.

Se, no curto prazo, pode parecer sedutor ao Judiciário ocupar um espaço representativo, no longo prazo, "não apenas ferirá o Poder Judiciário, mas também a própria República democrática". É o vaticínio de Tocqueville.

FOLHA DE S. PAULO

ANDRÉ SINGER

27 ABR 2019

Professor de ciência política da USP,
é autor de "O Lulismo em Crise".

Democracia está em crise e não se vê luz no horizonte

Há mais de seis anos comecei a escrever neste espaço. Encerro o percurso com três notas breves e agradeço à **Folha** o privilégio de me permitir dialogar com seus leitores.

Conclusões provisórias

Há mais de seis anos comecei a escrever neste espaço. De lá para cá, a democracia brasileira entrou em crise e ainda não se vê luz no horizonte. Encerro o percurso com três notas breves; a título de considerações finais sobre o tema.

1. Ascensão do Partido da Justiça (PJ). No final de 2012, quando esta coluna tinha início, acabava o julgamento do mensalão. Manobras discutíveis no STF (Supremo Tribunal Federal) visavam prender líderes petistas. Um ano depois, o então presidente da corte, Joaquim Barbosa, mandou-os para a cadeia, num feriado de 15 de novembro.

À época, assinalei que era "o simbolismo ideal para um possível futuro candidato a chefe do Executivo". Dito e feito: em 2018, Barbosa passou meses na condição de presidiável pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro). Por razões pouco claras, na última hora, desistiu do sonho presidencial.

O metafórico PJ, porém, já havia encontrado um sucessor à altura, o que talvez explique a desistência do ministro aposentado do STF. O juiz Sergio Moro, líder da Lava Jato e hoje ministro da Justiça, é virtual candidato à sucessão de Jair Bolsonaro.

2. Surgimento do Partido Fardado (PF). Em meio ao vazio que tomou conta do sistema partidário, varrido pela Lava Jato, militares da ativa, completamente afastados da cena política desde 1989, voltaram a agir. Em 2017, comandantes do Exército conclamaram a população a se manifestar. Hoje, um deles é vice-presidente da República.

Se a existência do PJ é até hoje motivo de controvérsia, o aparecimento do PF foi um verdadeiro raio em céu azul. As casernas tinham permanecido por 30 anos em rigoroso silêncio. Em questão de meses, no entanto, fardados ocuparam postos-chave na administração do país, tendo à frente um capitão reformado expulso dos quartéis.

A reviravolta foi tamanha que há poucos dias o general Hamilton Mourão, o mesmo que no passado demonstrou simpatia pelo torturador Brilhante Ustra, foi objeto de elogios por uma deputada do PC do B (Partido Comunista do Brasil).

3. Paralisia oposicionista. O golpe à brasileira — lento, gradual e seguro — encontrou a oposição desarticulada. O povo, por sua vez, tem assistido a tudo bestializado, como disse Aristides Lobo em 1889.

O lulismo, que segue vivo na estrutura capilar do PT (Partido dos Trabalhadores), desdobrou a falsa percepção histórica de que seria possível eliminar a pobreza e reduzir a desigualdade de cima para baixo. Não será. Chegado certo limite, as classes dominantes, com o entusiástico apoio da classe média, repõem o atraso.

Agradeço à **Folha** o privilégio de ter me permitido dialogar por quase 300 sábados com os seus leitores.

27 ABR 2019

FOLHA DE S. PAULO

Lula diz ter obsessão para desmascarar Moro e que governo é bando de maluco

Em entrevista na prisão, petista fala de Bolsonaro, das acusações de corrupção, da hipótese de nunca ser solto e da vida na cadeia

ENTREVISTA
LUÍZ INÁCIO
LULA DA SILVA
Mônica Bergamo

CURITIBA O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta sexta (26), em entrevista exclusiva concedida à Folha e ao jornal El País, que o Brasil está sendo governado por “um bando de maluco”.

Em duas horas e dez minutos de conversa, o petista falou da vida na prisão, da morte do neto, do governo de Jair Bolsonaro (PSL), das acusações de corrupção que sofre e da possibilidade de nunca mais sair da prisão.

Disse ter “obsessão” para “desmascarar” o ex-juiz e atual ministro da Justiça, Sergio Moro, responsável por sua condenação em primeira instância no caso do triplex de Guarujá (SP), e para provar o que chama de farsa para incriminá-lo.

Após uma batalha judicial na qual a entrevista chegou a ser censurada pelo STF (Supremo Tribunal Federal), decisão revista na semana passada pelo presidente da corte, Dias Toffoli, Lula recebeu os dois veículos em uma sala preparada pela Polícia Federal na sede do órgão em Curitiba, onde está preso desde abril do ano passado.

Os agentes explicaram aos jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas presentes que ele seria colocado em uma mesa a 4 metros de distância. Ninguém poderia se aproximar. Segundo a PF, eles estavam cumprindo um protocolo de segurança comum a todos os presos.

Questionado sobre a possibilidade de nunca sair da prisão, diante das duas condenações e das ações penais por que responde, Lula disse: “Não tem problema”. “Eu tenho certeza de que durmo todo dia com a minha consciência tranquila. E tenho certeza de que o [procurador Deltan] Dallagnol não dorme, que o [ministro da Justiça e ex-juiz Sergio] Moro não dorme.”

O petista faz um aceno ao Supremo. “Ela [corte] já demonstrou que teve coragem e se comportou”, em referência a votações anteriores para temas polêmicos. “No meu caso a única coisa que eu quero é que votem com relação aos autos do processo”, afirma.

Lula reservou ao ex-magistrado da Lava Jato algumas de suas principais ironias. “Sempre riram de mim porque eu falava ‘menas’. Agora, o Moro falar ‘conje’ é uma vergonha”, disse. Disse acreditar que “Moro não sobrevive na política”.

Sobre o atual presidente da República, Lula afirmou que “ou ele constrói um partido sólido ou não perdura” e disse que a elite brasileira deveria fazer uma autocrítica depois da eleição de Bolsonaro.

“Vamos fazer uma autocrítica geral nesse país. O que não pode é esse país estar governado por esse bando de maluco que governa o país. O país não merece isso e sobretudo o povo não merece isso”, afirma.

Ele comparou o tratamento que a imprensa dá a ele com o que reserva ao atual governo. “Imagine se os milicianos do Bolsonaro fossem amigos da minha família?”, questionou, referindo-se ao fato de o filho do presidente, senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), ter empregado familiares de um miliciano foragido da Justiça em seu gabinete quando era deputado estadual pelo Rio.

O ex-presidente chorou ao falar da morte do neto Artur, de 7 anos, vítima de uma bactéria, há um mês: “Às vezes penso que seria tão mais fácil que eu tivesse morrido. Já vivi 73 anos, poderia morrer e deixar o meu neto viver”.

CONTINUA

Disse que acompanha a briga de Bolsonaro com o vice-presidente, o general Hamilton Mourão. Mas afirmou que era "grato" ao general "pelo que ele fez na morte do meu neto [defender que ele fosse ao velório], ao contrário do filho do Bolsonaro [Eduardo]", que afirmou que Lula queria se vitimar com a morte.

O ex-presidente comentou o episódio em que o senador Cid Gomes (PDT-CE), irmão de Ciro Gomes, afirmou em um encontro do PT: "Lula está preso, babaca!". O petista disse que não ficou chateado pois está mesmo preso. "Isso é uma verdade. Só não precisava chamar os outros de babaca", disse, rindo.

Lula foi preso em abril de 2018 após ter sido condenado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a segunda instância da Justiça Federal, por corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex.

Na terça-feira (23), em decisão unânime, a Quinta Turma do STJ reduziu a pena do ex-presidente e abriu caminho para ele saia do regime fechado ainda neste ano. O tribunal manteve a condenação do petista, mas baixou a pena de 12 anos e 1 mês de prisão para 8 anos, 10 meses e 20 dias.

O petista já foi condenado também no caso do sítio de Atibaia (SP) — a 12 anos e 11 meses pela juíza Gabriela Hardt, na primeira instância em Curitiba, pelos crimes de lavagem de dinheiro e corrupção. O caso, porém, ainda passará pela análise do TRF-4.

O pedido de entrevista com o ex-presidente na prisão passou por um vaivém de decisões judiciais. Em julho de 2018, a juíza Carolina Lebbos, responsável pela execução da pena de Lula, barrou a realização da entrevista, afirmando não haver previsão constitucional que dê ao preso direito de falar com a imprensa.

Após reclamação ao STF feita pela Folha, o ministro Ricardo Lewandowski autori-

zou em 28 de setembro que a entrevista fosse realizada em Curitiba. A liminar, porém, foi derrubada no mesmo dia pelo ministro Luiz Fux, também do Supremo. Ele julgou pedido do partido Novo, que alegava que o PT apresentava Lula como candidato à Presidência, desinformando os eleitores.

A liminar de Fux acabou sendo revogada no último dia 18 pelo presidente do STF, ministro Dias Toffoli.

●
A gente queria começar falando sobre a prisão do senhor. O que passou por sua cabeça quando estava sendo preso? Durante todo o processo, eu sempre tive certeza, [pelos] discursos da Lava Jato, de que [a operação] tinha um objetivo central, que era chegar em mim. A imprensa retratava: prenderam fulano. Vai chegar no Lula. Prenderam fulano. Vai chegar no Lula. E muita gente que era presa, a primeira pergunta que faziam [para a pessoa] era: "Você é amigo do Lula? Você conhece o Lula?". Muita gente achava que eu deveria sair do Brasil, ir para uma embaixada, que eu deveria fugir. E eu tomei como decisão que o meu lugar é aqui [no Brasil].

Eu tenho tanta obsessão de desmascarar o [ex-juiz e ministro Sergio] Moro, de desmascarar o [procurador Deltan] Dallagnol e a sua turma, e desmascarar aqueles que me condenaram, que eu ficarei preso cem anos, mas eu não trocarei a minha dignidade pela minha liberdade.

Eu quero provar a farsa montada. Montada aqui dentro, montada no Departamento de Justiça dos EUA, com depoimento de procuradores, com filme gravado, e agora mais agravado com a criação da fundação Criança Esperança do Dallagnol, pegando R\$ 2,5 bilhões da Petrobras para criar uma fundação para ele.

Eu tenho uma obsessão. Você sabe que eu não tenho ódio, não guardo mágoa porque, na minha idade, quando a gente fica com ódio a gente morre antes. Então, como eu quero viver até os 120 anos, eu vou trabalhar muito para provar a minha inocência e a farsa que foi montada.

Por isso eu vim para cá com muita tranquilidade. Eu falei "olha, eu vou". Vou até eles porque eu quero ficar preso perto do Moro. Porque eu tenho que provar a minha inocência.

O senhor, concretamente, é um fato, pode ser que fique aqui para sempre. O senhor mesmo assim acha que tomou a decisão correta? Tomaria outra vez.

O senhor já pensou que pode ficar aqui para sempre? Não tem problema. Eu tenho certeza que eu durmo todo dia com a minha consciência tranquila. Eu tenho certeza que o Dallagnol não dorme, que o Moro não dorme. E aqueles juízes do TRF-4, que nem leram a sentença? Fizeram um acordo lá [entre eles]. Era melhor que um só tivesse lido e falado "olha, todo mundo aqui vota igual".

Então, sinceramente, quem tem 73 anos de idade, quem construiu a vida que eu construí nesse país, quem estabeleceu as relações que eu estabeleci nesse país, quem fez o governo que eu fiz nesse país, quem recuperou a autoestima e o orgulho do povo brasileiro como eu e vocês fizemos no meu período de governo, não vou me entregar. Então eles sabem que eles têm aqui um pernambucano teimoso.

Você pensa que eu não gostaria de estar em casa? Adoraria estar em casa com a minha mulher, com os meus filhos, os meus netos, os meus companheiros. Mas não faço nenhuma questão. Porque eu quero sair daqui com a cabeça erguida como eu entrei. Inocente. E eu só posso fazer isso se eu tiver coragem e lutar.

CONTINUA

Com a decisão da Justiça de que a OAS devolva o dinheiro do apartamento de dona Marisa, o senhor acredita em sua absolvição? Por incrível que pareça, eu acredito. Eu ainda continuo com a cabeça de Lulinha paz e amor. Eu penso que haverá um dia em que as pessoas que irão me julgar estarão preocupadas com os autos do processo, com as provas, e não com a manchete do Jornal Nacional, com a capa das revistas, com fake news. As pessoas se comportarão como juizes supremos, de uma corte [o STF] [da qual] não podemos recorrer. E que já tomou decisões muito importantes.

Essa corte, por exemplo, votou [a liberação de pesquisas com] células-tronco contra uma boa parte da Igreja Católica. Já votou a questão [da demarcação da área indígena de] Raposa Serra do Sol contra os poderosos do arroz no estado de Roraima. Essa mesma corte votou a união civil [de homossexuais] contra todo o preconceito evangélico. Essa corte votou as cotas para que os negros pudessem entrar [nas universidades]. Ela já demonstrou que teve coragem e se comportou.

No meu caso a única coisa que eu quero é que votem com relação aos autos do processo. Eu só quero que as pessoas, pelo amor de Deus, julguem em função das provas.

Porque eu tenho certeza, o Moro tem certeza [da inocência]. Se as pessoas não confessarem agora, no dia da extrema-unção vão confessar. Ele tem certeza que eu sou inocente. Esse Dallagnol tem certeza de que ele é mentiroso. E mentiu a meu respeito.

O senhor, durante esse um ano, passou por dois momentos de muita tristeza, que foi a morte do seu irmão e depois a morte do seu neto Artur. O que, para o senhor, depois de viver isso, fica da vida? Esses dois momentos foram os mais graves. Eu poderia incluir a

perda de um companheiro como o [ex-deputado] Sigmarin-ga Seixas, que era meu companheiro de dezenas e dezenas de anos. A morte do meu irmão Vavá. O Vavá era como se fosse um pai da família toda. E a morte do meu neto é uma coisa que efetivamente não, não... [chora].

Eu às vezes penso que seria tão mais fácil que eu tivesse morrido. Eu já vivi 73 anos, poderia morrer e deixar o meu neto viver. Mas não são apenas esses momentos que deixam a gente triste. Eu tento ser alegre e trabalho muito para vencer a questão do ódio. A questão da mágoa profunda. Então eu tenho muitos momentos de tristeza aqui. Mas o que me mantém vivo, eu tenho compromisso com esse país.

Eu estou vendo a obsessão que está acontecendo agora. De destruir a soberania nacional. De destruir empregos. De juntar R\$ 1 trilhão [com a reforma da Previdência], para quê? Às custas dos aposentados?

Um país que não gera emprego, não gera salário, não gera consumo, não gera renda, quer pegar do aposentado e do velhinho R\$ 1 trilhão? O [Paulo] Guedes precisava criar vergonha. Onde ele fez esse curso de economia dele? Se ele quiser me visitar aqui, eu discuto com ele esse problema dos pobres sem causar prejuízo aos pobres.

Como é a rotina na prisão? O senhor passa muito tempo sozinho? Eu passo o tempo inteiro sozinho. Eu leio, eu vejo pendrive que o pessoal me manda, assisto a filmes, muitos filmes. Eu fiz um curso sobre Canudos no canal Paz e Bem [na internet], recuperando a história e mostrando as mentiras que Euclides da Cunha contou sobre Canudos [no livro "Os Sertões"]. Então eu fiz um curso de oito aulas. Espero juntar umas quatro ou cinco

[aulas], recebo um pendrive, vou assistindo e vou me aprimorando. Quando sair daqui, sairei doutor.

Mas o senhor lava a sua própria roupa, lava suas coisas? E a prisão mudou o senhor em alguma coisa? É engraçado porque eu sempre tive vontade de morar sozinho. Sabe aquele sonho de jogar a cueca para qualquer lado, a camiseta, não ter que prestar contas, não ter ninguém atrás de mim, "recolhe, põe no chuveiro"? Hoje faço isso.

O sr. lava suas roupas? Não. Eu mando para o meu pessoal lavar. Mas eu curto a solidão tentando aprender, mentalizar a minha espiritualidade, tentando gostar mais do ser humano, tentar ficar um pouco mais humano. Eu acho que eu vou sair daqui melhor do que eu entrei. Com menos raiva das pessoas. Eu vou sair um cidadão bom daqui. Bom e motivado para brigar. Estou doído para fazer uma caravana.

O seu partido perdeu a eleição e a extrema direita chegou ao poder com muito votos que eram do PT. Como o senhor avalia essa guinada? Nós tivemos uma eleição atípica no Brasil. O papel do fakenews na campanha, a quantidade de mentira, foi uma coisa maluca. E depois [teve] a falta de sensibilidade dos setores de esquerda de não se unirem.

Eu respeito o voto do povo. O povo não é bom só quando vota em mim. Mas a verdade é que eu nunca tinha visto o povo com tanto ódio nas ruas. A política está efetivamente demonizada. E vai se levar um tempo muito grande para a gente tratar a política com mais seriedade.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Eu não esperava que o Bolsonaro fosse resolver o problema do Brasil em quatro meses. Quem acha que em cem dias pode apresentar alguma coisa realmente não aprendeu a sentar a bunda na cadeira. E, depois, com a família que ele tem. Com a loucura que tem.

Quem é o primeiro inimigo que ele tem? É o vice [general Hamilton Mourão]. Ele [Bolsonaro] passa a agredir os deputados, depois tenta agradar os deputados. Diz que está fazendo a nova política e a política que ele faz é a mesma porque ele é um velho político. Ou seja, o país está desgovernado. Ele [Bolsonaro] não sabe até agora o que fazer e quem dita regras é o Paulo Guedes.

Dá para culpar muitos pela derrota. Mas vocês ficaram muito tempo no poder. Houve corrupção de fato, comprovada. Que autocrítica que o senhor faz? E como fica o PT agora, sem o senhor? Obviamente que reconhecemos que perdemos as eleições. Mas é importante lembrar a força do PT. Porque só eu pessoalmente tenho mais de 80 capas de revistas contra mim. Quando eu fui preso, eu tinha 80 horas de Jornal Nacional contra mim. Mais 80 horas da Record, mais 80 horas do SBT, mais 80 horas de um monte de coisas. E eles não conseguiram me destruir. Isso significa que o PT tem uma força muito grande.

O PT não foi destruído. O PT perdeu a eleição. Provou que é o único partido que existe nesse país. O resto é sigla de interesses eleitorais em momentos certos. Quem acabou foi o PSDB. Esse acabou. Esse foi dizimado.

E a corrupção? Ela pode ter havido. Agora, que se faça prova. Teve corrupção, a

polícia investiga, faz acusação, prova, está condenado.

Fomos nós do PT que criamos os melhores mecanismos para apurar a corrupção. Não foi o Moro, não foi ninguém. Combater a corrupção é uma marca do PT.

Se alguém do PT cometeu um erro, tem que pagar. A única coisa que queremos é que se apure, investigue.

Na questão do sítio, houve de fato uma reforma, comprovada, e o senhor usufruiu dessa reforma. A Justiça decidirá se houve crime. Mas não houve um erro? Eu poderia ter aceito e nunca ter ido naquele sítio. Então eu cometi o erro de ter ido no sítio. Eu disse que está provado que eu fiquei sabendo daquele maldito sítio dia 15 de janeiro de 2011. E o sítio tinha dono, dono, pré-dono, e bidono. O Jacó Bittar era meu amigo de 40 anos, comprou o sítio no nome do filho dele, com cheque dado pela Caixa Econômica Federal, e a polícia sabe disso, a polícia investigou.

Nós tivemos policiais e procuradores visitando casa de trabalhador rural [do sítio], casa de pedreiro, casa do caseiro, perguntando até para as galinhas: "Você conhece o Lula? O Lula é o dono?" Nem as galinhas falaram. Porque se eu quisesse eu podia comprar. Então, se eu cometi o erro de ir num sítio em que alguém pediu e a Odebrecht reformou, vamos discutir a questão ética. Ai é outra questão. Acontece que o impeachment da Dilma [Rousseff], o golpe, não fecharia com o Lula em liberdade.

Quando falam em autocrítica, eu acho que nós devemos ter muitos erros. Eu, por exemplo, tive um erro grave. Eu poderia ter feito a regulamentação dos meios de comunicação. É uma autocrítica que eu faço. Mas imagina

se todo mundo nesse Brasil fizesse uma autocrítica. Vamos fazer uma autocrítica por causa do que aconteceu em 2018 na eleição. Vamos fazer uma autocrítica geral nesse país. O que não pode é esse país estar governado por esse bando de maluco.

O senhor se sente injustiçado por empresários que cresceram em seu governo fazerem delações premiadas contra o PT e o senhor? Eu não fico com raiva. Eu tenho desafiado os empresários a dizerem quem é que me deu cinco centavos.

Eu estou achando estranho essa tal dessa milícia do Bolsonaro. Cadê aquele cidadão dos R\$ 7 milhões [Fabrício Queiroz, ligado a Flavio Bolsonaro]? Cadê a imprensa que não está atrás do Queiroz? Então, é o seguinte, o Brasil tem dois pesos e duas medidas. Eu, ex-presidente, sem nenhuma prova, foram na minha casa, recebi vários policiais. O seu Queiroz não atendeu a nenhum pedido [para depor] e a Polícia Federal não foi buscar ele ainda.

“

Eu tenho tanta obsessão de desmascarar o [ex-juiz e ministro Sergio] Moro, de desmascarar o [procurador Deltan] Dallagnol e a sua turma, e desmascarar aqueles que me condenaram, que eu ficarei preso cem anos, mas eu não trocarei a minha dignidade pela minha liberdade

“

Eu às vezes penso que seria tão mais fácil que eu tivesse morrido. Mas o que me mantém vivo, eu tenho compromisso com esse país sobre a morte do neto de 7 anos em março

Eu passo o tempo inteiro sozinho. Eu leio, eu vejo pendrive que o pessoal me manda, assisto a filmes, muitos filmes sobre a rotina na prisão

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO 27 ABR 2019

CONTINUAÇÃO

Entenda a prisão e o processo contra Lula

As pessoas se comportarão como juizes supremos, de uma corte [o STF] [da qual] não podemos recorrer. E que já tomou decisões muito importantes. No meu caso a única coisa que eu quero é que votem com relação aos autos do processo. Eu só quero que as pessoas, pelo amor de Deus, julguem em função das provas em referência ao Supremo

Quando eu sair daqui, quero sair daqui a pé e quero ir lá no meio deles. A primeira cachaça eu quero tomar com eles. E brindar sobre o acampamento de apoiadores na frente da PF

ACUSAÇÃO

Em 2016, Lula foi denunciado pelo MPF sob acusação de receber propina de R\$ 3,7 milhões da OAS como parte de acertos do PT em contratos na Petrobras. A quantia correspondia à reserva de um triplex em Guarujá (SP) e a armazenamento e transporte do acervo do petista

CRIMES

Em julho de 2017, o então juiz federal Sergio Moro absolveu Lula quanto ao acervo, mas o considerou culpado de crimes de corrupção passiva e lavagem referentes a R\$ 2,4 milhões relacionados ao triplex

PENAS

Moro condenou o petista a 9 anos e 6 meses de prisão. A condenação foi mantida pelo TRF-4, que, em janeiro de 2018, aumentou a pena para 12 anos e 1 mês. O STJ, por sua vez, decidiu reduzir a pena, no último dia 23, para 8 anos e 10 meses de prisão

PRISÃO

Lula foi preso em abril de 2018, por decisão de Moro, uma vez que o entendimento atual do STF prevê a prisão após a condenação em 2ª instância. O petista cumpre pena na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba

PERDAS

Em março, o ex-presidente deixou a prisão para acompanhar o enterro do neto Athur. O garoto foi vítima de uma bactéria e morreu aos 7 anos. Cerca de um mês antes Lula havia perdido o irmão Vavá, mas não conseguiu autorização judicial para

deixar a cadeia em tempo hábil para acompanhar o sepultamento

REGIME SEMIABERTO

Com a nova pena estabelecida pelo STJ, Lula pode deixar a cadeia em setembro, quando terá cumprido 1/6 do tempo de prisão e passa a ter direito à progressão para o regime semiaberto. Para, isso, porém, o petista ainda precisa pagar R\$ 2,4 milhões em reparação de danos causados

NOVA CONDENAÇÃO

Além do caso do triplex, Lula foi condenado, em fevereiro, a 12 anos e 11 meses de prisão pelo caso do sítio de Atibaia (SP). A sentença é da juíza Gabriela Hardt, da 1ª instância. O caso deve ser analisado pelo TRF-4, mas ainda não há previsão de quando será julgado. Se houver condenação em 2ª instância, as penas dos dois processos serão somadas

VOLTAR À PRISÃO

Havendo condenação em 2ª instância até setembro, o petista terá que cumprir mais tempo em regime fechado até ter direito ao semiaberto. Se a sentença sair depois, o que é mais provável, Lula pode ter que voltar à cadeia

OUTROS PROCESSOS

Além dos casos do sítio e do triplex, Lula é réu em mais seis acusações

ELEIÇÕES

Em razão da Lei da Ficha Limpa, Lula só pode se candidatar oito anos após o fim da pena. Considerando apenas a pena do caso do triplex, o ex-presidente só terá direito a participar de uma corrida eleitoral a partir de fevereiro de 2035, quando terá 89 anos

28 ABR 2019

FOLHA DE S. PAULO

Pelo menos governo não é um bando de cachaceiros, responde Bolsonaro a Lula

Para tucano Doria, petista está 'esclerosando' ao falar em declínio do PSDB; aliados elogiam força

BRASÍLIA E SÃO PAULO O presidente Jair Bolsonaro retrucou crítica do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que em entrevista exclusiva na prisão para a Folha e ao El País, na sexta (26), afirmou que o Brasil está sendo governado por "um bando de malucos".

"Pelo menos não é um bando de cachaceiros, né?", respondeu Bolsonaro em agenda neste sábado (27).

"Olha, eu acho que o Lula, primeiro, não deveria falar. Falou besteira. Maluco? Quem era o time dele? Grande parte está preso ou está sendo processado", disse o presidente.

Segundo Bolsonaro, Lula "tinha um plano de poder onde, nos finalmentes, nos roubaria a nossa liberdade, tá ok?".

Para ele, "é um equívoco, um erro da Justiça ter dado o direito a dar uma entrevista. Presidiário tem que cumprir sua pena e não dar alteração".

Lula deu a entrevista em uma sala preparada pela Polícia Federal na sede do órgão em Curitiba, onde está preso desde abril do ano passado.

Depois de uma batalha judicial, na qual a entrevista chegou a ser censurada pelo STF (Supremo Tribunal Federal), a decisão foi revista na semana passada pelo presidente da corte, Dias Toffoli.

Em duas horas e dez minutos de conversa, o ex-presidente falou da vida na prisão, da morte do neto, das acusações de corrupção contra ele

e da situação política do país, entre outros temas. Afirmou, por exemplo, que o PT é o único partido que resta e que o PSDB foi dizimado.

Neste sábado, o governador tucano João Doria, de São Paulo, rebateu a declaração. "A prisão está fazendo muito mal ao presidente Lula", afirmou durante encontro com governadores do Sul e do Sudeste no Palácio dos Bandeirantes.

"Está fazendo muito mal porque ele está esclerosando, o ex-presidente da República. E obviamente fez essa afirmativa sem reconhecer as derrotas que seu partido sofreu nas últimas eleições, inclusive aqui em São Paulo, onde eu, prazerosamente, derrotei o PT duas vezes", declarou.

O senador Major Olímpio (PSL-SP) repudiou os ataques a membros da Lava Jato. "Ele disse que Deltan Dallagnol [procurador da Lava Jato] e [o ex-juiz da operação e hoje ministro da Justiça, Sergio] Moro não dormem tranquilos. Eu acho que eles não fizeram nada mais, nada menos que a obrigação funcional deles, de acusar e condenar o pior criminoso da história do Brasil", disse.

Procurados, Moro e Deltan não quiseram comentar.

A deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP) disse que Lula "não tem moral nenhuma para falar de qualquer pessoa que seja". "É difícil o Lula

falar sobre loucura, uma pessoa que falava que era a alma mais honesta do mundo e está preso por corrupção", disse.

Para o MBL (Movimento Brasil Livre), que se manifestou nas redes sociais, a **Folha** e o jornal El País "montaram um palanque para o maior bandido da história do Brasil falar o que ele quiser".

A entrevista também repercutiu entre apoiadores do ex-presidente. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, chamou Lula de estadista e enalteceu suas falas. Para ela, a força e firmeza de Lula ao falar justificam sua inelegibilidade na última disputa à Presidência.

"Dá pra entender por que não deixaram Lula falar nas eleições. Posições fortes e firmes, fala com o sentimento do povo", tuitou.

Candidato pelo PT na última eleição, Fernando Haddad criticou a imprensa que, segundo ele, deu pouca cobertura à entrevista. "A força do Lula é inversamente proporcional à cobertura da sua 1ª entrevista, ou seja, desconunal", escreveu Haddad.

O ex-deputado Jean Wyllys (PSOL) disse ainda que a entrevista causou impacto internacional. Para ele, isso permitiria inferir que a história reservaria um lugar menor ao "minúsculo juiz que o condenou injustamente".

CONTINUA

28 ABR 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PC do B), destacou trecho em que o ex-presidente critica Jair Bolsonaro por bater continência à bandeira dos Estados Unidos e dizer que ama o país americano.

“Entre tantas e tantas coisas imprescindíveis, na entrevista de hoje [sexta] Lula fez essa defesa da nossa Pátria, tão aviltada na hora presente”, afirmou nas redes. Thais Bilenky, Wálter Nunes, Fabrício Lobel e Danielle Brant

27 ABR 2019

FOLHA DE S. PAULO

Justiça manda OAS devolver a Lula quantia paga por apartamento

Decisão atende a pedido de Marisa Letícia, que havia solicitado em 2016 restituição de valores da empresa

SÃO PAULO A Justiça de São Paulo determinou que a construtora OAS devolva ao ex-presidente Lula valores que foram pagos para a aquisição de um imóvel no condomínio Solaris, em Guarujá (SP), onde fica o triplex que originou a condenação do petista na Lava Jato.

De 2005 a 2009, Lula e a mulher dele, Marisa Letícia, que morreu em 2017, desembolsaram R\$ 179 mil em cotas de um imóvel no edifício, que começou a ser construído pela cooperativa Bancoop e posteriormente foi assumido pela OAS.

Para os investigadores da Lava Jato, a direção da OAS cometeu ato de corrupção ativa ao reservar para o ex-presidente um apartamento triplex no prédio, de valor muito superior ao das cotas pagas pelo casal.

A defesa de Lula, desde o início da ação penal, afirma que as cotas, declaradas em Imposto de Renda, davam direito a um apartamento de padrão menor e nega que o ex-presidente tivesse aceitado assumir a propriedade de um triplex.

Agora, o juiz Adilson Aparecido Rodrigues Cruz, da 34ª Vara Cível de São Paulo, de-

terminou que aqueles valores pagos na década passada sejam devolvidos a Lula. A Bancoop também está incluída na ação.

Os advogados do ex-presidente e da mulher dele haviam entrado com um pedido de restituição dessas quantias apenas em 2016.

A decisão, expedida na quinta-feira (25), é de primeira instância e cabe recurso.

A OAS entrou em recuperação judicial após a eclosão da Lava Jato. Em 2017, em depoimento a Sergio Moro, o ex-presidente da empreiteira Léo Pinheiro disse que a construtora só assumiu o empreendimento em Guarujá porque o ex-presidente Lula tinha cotas de um imóvel no condomínio e pretendia favorecê-lo.

O relato do empreiteiro foi uma das bases da sentença de Moro, que teve teor confirmado nesta semana pelo Superior Tribunal de Justiça. Lula está preso há um ano por causa dessa condenação por corrupção e lavagem de dinheiro no caso triplex.

À Justiça de São Paulo a OAS argumentou que não é obrigada a ressarcir os valores porque o casal não se manifestou sobre o assunto em um prazo de três anos

após um acordo, firmado em 2009, em que ofereceu aos donos das cotas as opções de devolução da quantia ou de permanência no projeto do empreendimento.

O juiz de São Paulo considerou que não existe um prazo fixo para a devolução dos valores. O magistrado determinou, no entanto, uma redução no valor a ser ressarcido pela construtora devido ao intervalo entre a entrega do prédio e a o pedido de restituição feito pelo casal Lula.

Em audiência na Lava Jato, Moro perguntou ao ex-presidente por que a solicitação de devolução dos valores só foi feita após a prisão de Léo Pinheiro, em 2014.

Após a divulgação da decisão, o advogado de Lula, Cristiano Zanin Martins, disse que a decisão mostra que o ex-presidente é credor da OAS e que "fica cada vez mais claro que Lula e sua família jamais receberam qualquer vantagem indevida".

"Levaremos às instâncias cabíveis mais este substancial elemento para demonstrar que Lula não praticou qualquer crime e que sua absolvição revela-se inafastável." Priscila Camazani e Felipe Bächtold

FOLHA DE S. PAULO

Moro defende permanência do Coaf em

27 ABR 2019

seu ministério

Titular da Justiça diz que órgão que investiga lavagem de dinheiro pode ajudar no combate ao crime

Fernanda Canofre

BELO HORIZONTE Para o ministro da Justiça e Segurança Pública Sergio Moro, o melhor lugar para o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), órgão de inteligência financeira que investiga operações suspeitas, é dentro de sua pasta.

A declaração Moro a jornalistas, nesta sexta-feira (26), em Belo Horizonte, foi uma resposta a um comentário feito pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) em um café com a imprensa na quinta (25). O presidente disse que não se opõe a devolver o conselho ao Ministério da Economia, comandado por Paulo Guedes.

Moro afirmou que a decisão pertence ao Congresso, referindo-se à medida provisória que tramita no Senado com a proposta.

"Igualmente, eu também sou aberto a qualquer decisão que seja tomada no Congresso. O que não me impede de buscar convencer os parlamentares que o melhor lugar do Coaf é atualmente onde ele se encontra", disse ele.

O ministro chamou de "lenda urbana" a história de que ter o Coaf em suas mãos teria sido uma das condições para aceitar o ministério.

A passagem do Coaf da Fazenda para a Justiça foi publicada em uma edição extra do Diário Oficial da União no primeiro dia de governo.

Moro completou dizendo que "tendo vindo, acha oportuno que ele fique". O ministro afirmou que não há como combater organizações criminosas hoje no país sem foco em lavagem de dinheiro e sem retirar dos criminosos os recursos que ajudam a manter as operações ilegais.

"É importante ter esse órgão de inteligência, nós entendemos que estamos fortalecendo o Coaf, aumentando o número de pessoas dentro do Coaf, e que dentro do Ministério da Justiça temos melhores condições de integração do Coaf com esses órgãos de segurança", defendeu.

Ao ser perguntado sobre a redução da pena do ex-presidente Luiz (PT) pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça), Moro voltou a dizer que o petista pertence ao seu passado e que está "olhando para a frente".

Atuando como juiz federal em Curitiba, Moro condenou Lula a 9 anos e seis meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro pelo caso do triplex de Guarujá (SP).

O TRF-4 manteve a condenação, em janeiro de 2018, e aumentou a pena para 12 anos e um mês.

A decisão da corte superior tomada na terça-feira (23), porém, reduziu a pena de Lula para 8 anos e 10 meses, abrindo a possibilidade de que ele possa deixar a cadeia ainda neste ano.

Moro afirmou que as cortes de Justiça têm independência para proferir suas decisões e que o tema da dosimetria de penas sempre tem divergências entre juízes.

"Eu estabeleci uma pena, o tribunal estabeleceu outra, o STJ estabeleceu outra. Se reunir dez juízes em uma sala, cada um vai ter uma pena diferente. Isso acontece em vários casos, não só do ex-presidente. Não me cabe opinar sobre o processo envolvendo o ex-presidente", disse ele.

Moro falou na capital mineira em um evento realizado pelo think-tank liberal O Pacificador. O grupo, recém-criado por empresários, tem entre os sócios o vice-governador Paulo Brant (Novo) e o general Eduardo Villas Boas, ex-comandante do Exército.

Em sua palestra, o ministro defendeu propostas do pacote anticrime que apresentou ao Congresso e que o problema da criminalidade no país não é apenas de competência da segurança pública. Para o ministro, a melhoria nos índices depende de coordenação com políticas sociais, econômicas e urbanísticas.

27 ABR 2019

FOLHA DE S. PAULO

A privatização dos presídios é uma saída para a crise carcerária?

NIVALDO CESAR RESTIVO

Secretário da Administração Penitenciária do estado de São Paulo e ex-comandante-geral da Polícia Militar de SP

Sim Mais vagas em menos tempo **Ressocialização será impulsionada com trabalho e educação**

As dificuldades enfrentadas nos sistemas prisionais exigem uma solução complexa e multidirecional. As concessões de unidades prisionais à iniciativa privada na modelagem de Parceria Público-Privada (PPP) ou no formato de cogestão despontam como uma alternativa eficaz para o sistema penitenciário.

Em São Paulo, trata-se de uma possibilidade real para o alcance da meta definida para o setor pelo governador João Doria (PSDB): expansão e modernização do sistema penitenciário paulista.

São várias as garantias de um incremento na prestação do serviço de custódia. Haverá desoneração dos cofres públicos, já que o estado não fará aporte de recursos na construção do presídio, permitindo ao governo destinar esses valores ao atendimento de outras necessidades da população. O investimento caberá ao concessionário e, por consequência, teremos construções mais rápidas, com mais vagas disponíveis em menos tempo.

Ao particular recairá a responsabilidade por todos os atendimentos remetidos aos presos. Dessa forma, será possível dar celeridade, por exemplo, às intervenções de saúde com médicos, dentistas e psicólogos. O resultado se revelará importante também à população local, uma vez que encaminhamentos

de presos doentes a unidades de saúde diminuirão.

Além disso, a ressocialização será impulsionada por meio do binômio trabalho-educação, com a ampliação da oferta de postos destinados ao exercício de uma profissão, à capacitação profissional, à educação formal e à educação profissionalizante.

Aqueles que insistem em afirmar ser mais caro manter um preso custodiado pelo particular, sugiro detida análise sobre todos os itens e valores que compõem o cálculo. O resultado vai surpreender.

Ressalte-se que, em quaisquer dos modelos de concessão, o estado manterá completo domínio do estabelecimento prisional, posto que a Direção Geral e a Direção de Segurança e Disciplina serão ocupadas por funcionários da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), assim como eventuais intervenções para restabelecimento da ordem interna serão levadas a efeito por agentes públicos.

Da mesma forma, a vigilância e a escolta em deslocamentos externos serão realizadas por nossos profissionais. Essas são missões indelegáveis e, portanto, continuarão sob responsabilidade do ente público.

Ademais, estabeleceremos indicadores que medirão a qualidade do desempenho

do concessionário, com o objetivo permanente de exigir sempre a melhor prestação de serviço. Com todas essas circunstâncias protegemos, na plenitude, as conquistas profissionais e o exercício das competências dos funcionários que integram as valorosas carreiras da SAP e que, indubitavelmente, têm grande responsabilidade na manutenção da segurança e tranquilidade do sistema prisional paulista.

Temos exemplos de gestão privada em unidades prisionais pelo Brasil. Conheci algumas delas e constatei que o modelo funciona. Queremos, ao mesmo tempo, com a concessão das unidades, que os detentos tenham cada vez mais oportunidades de trabalho e que gerem renda nos presídios.

Aqui em São Paulo, temos um governo caracterizado pela descentralização, participação, eficiência, transparência e inovação. Essas são as diretrizes.

Dizer que não funciona é a maneira mais cômoda de encerrar uma discussão, optando pela manutenção do que já temos. Significa continuar buscando "uma saída para a crise carcerária".

CONTINUA

Não Aprofundamento da barbárie

Exemplos não demonstram redução de gastos e da violência

É impossível sair de uma prisão sem carregar a triste certeza de que os presos, em qualquer unidade do país, enfrentam uma situação de tortura sistemática.

Em celas superlotadas, por entre ratos e baratas, com falta de saneamento básico, comida azeda e um cotidiano de extrema violência, vivem hoje mais de 720 mil pessoas, alçando o Brasil à posição de terceiro país que mais encarcera no mundo.

A situação dos presídios, caracterizada pelo Supremo como “estado de coisas inconstitucional”, deixa claro que o Estado brasileiro fez uma opção reiterada pela barbárie. E esse processo não se resolve por falsas soluções como a privatização.

Vale considerar que foi no solo de um presídio privatizado que assistimos a um dos massacres de 2017: no Compaj, no Amazonas, complexo gerido pela Umanizzone, foram registradas ao menos 56 mortes. E mais: entre 2013 e 2014, o complexo de Pedrinhas, no Maranhão, com a maior parte dos serviços privatizados, listou mais de 60 mortes. A unidade é conhecida internacionalmente por suas condições degradantes.

Mesmo com esse cenário, São Paulo e Rio de Janeiro anunciaram, no início do ano, a intenção de transferir a gestão de presídios a empresas. O governador paulista, João Dória (PDSB), toma os Estados Unidos como modelo.

No entanto, o exemplo norte-americano conta com episódios como o Departamento de Justiça informando, em 2016, que presídios federais privatizados não apresentaram redução de custos e

registraram mais casos de agressões, contrabandos e rebeliões, além de um escândalo no qual a maior empresa do setor no país, a Corrections Corporation of America, admitiu a falsificação de documentos enviados ao governo sobre a gestão de unidades no estado de Idaho.

Fica a lição: a aposta no encarceramento em massa, por meio de prisões públicas ou privadas, é resposta que deve ser descartada.

Na mesma linha, analisando o complexo de Ribeirão das Neves (MG), presídio-modelo da privatização no Brasil, a convicção se mantém.

Ao garantir o preenchimento de 90% das vagas das unidades — ou o seu pagamento, se não ocupadas — até o término dos 27 anos de duração do contrato, o governo mineiro engessou sua política criminal. E se o estado gastava em média R\$ 1.800 mensais por preso nas penitenciárias comuns, em Ribeirão das Neves acordou o pagamento de R\$ 2.700 mensais à GPA, consórcio que administra esses presídios.

Os gastos maiores não significam melhor qualificação dos funcionários: salários menores, curto tempo de formação e alta rotatividade são marcas da forma de contratação nas unidades privadas. Ou seja, a privatização mantém a lógica do encarceramento em massa e das violações de direitos a um custo maior para a sociedade.

Ainda em 2015, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) posicionou-se de forma contundente: “A ineficiência do sistema prisional não pode levar à privatização. O ser humano jamais pode ter sua dignida-

de aviltada, pois lucro e pena não combinam”. Diante da falência do sistema prisional, a Pastoral Carcerária e parceiros lançaram a Agenda pelo Desencarceramento, documento que traz propostas concretas para o problema.

A diminuição significativa da população carcerária, a exemplo do que EUA e outros países vêm fazendo, mostra-se como único caminho. Qualquer esforço que aponte para outra direção — como a privatização — cairá, inevitavelmente, no aprofundamento da barbárie.

27 ABR 2019

FOLHA DE S. PAULO

Recuo na violência

Levantamento mostra queda do número de crimes letais no 1º trimestre, repetindo o observado em 2018; razões da melhora ainda demandam estudos

Os três primeiros meses de 2019 produziram uma boa nova para o trágico cenário da segurança pública no país. Levantamento desta Folha em 21 unidades da Federação com dados disponíveis constatou que em todas elas houve diminuição nas cifras de mortes violentas.

Nesse conceito se computam homicídios, roubos seguidos de mortes e lesões com o mesmo resultado, mas não os óbitos decorrentes de ações das polícias — de todo modo, o resultado é alentador.

O recuo no trimestre vem confirmar a tendência observada ao longo de 2018, após o pico de 63,9 mil mortes registrado no ano anterior, ou 30,8 por 100 mil habitantes (estatística que contempla a letalidade policial e todo o país).

A taxa situa o Brasil entre os países onde mais se mata no mundo, num ranking em que se destacam nações latino-americanas. Embora ainda careça de medição e explicações mais completas, trata-se de uma melhora em setor de enorme significado para a população, que ganhou destaque na campanha eleitoral para a Presidência.

Seria precipitado, por exemplo, associar a queda à chegada ao poder do presidente Jair Bolsonaro (PSL) e de governadores que adotaram o discurso de endurecimento da repressão ao crime.

A expectativa de maior engajamento policial pode ter dado contribuição marginal para inibir a ação de bandidos, mas é fato que o recuo da violência já se iniciara na administração federal anterior

—enquanto a atual se limitou a alinhavar um controverso pacote de medidas que ainda precisa passar pelo crivo do Congresso.

Pode-se afirmar que a alta da mortandade forçou providências anteriores das autoridades. É o caso da criação do Sistema Único de Segurança Pública, arcahouço há muito aguardado para uma atuação mais coordenada das várias polícias, embora ainda incipiente.

O tema também ganhou prioridade na agenda de governadores em final de mandato. Premido pela atuação cada vez mais desenvolvida de facções, o estado do Ceará, por exemplo, modificou leis, convocou policiais da reserva e solicitou a presença da Força Nacional.

Os cidadãos cearenses têm o que comemorar: o total de mortes baixou de 1.267, no primeiro trimestre de 2018, para 545, em igual período deste ano. Uma queda de 57%, a mais acentuada no levantamento.

A má notícia está em que, em alguns estados, houve um concomitante aumento da letalidade policial. No Rio de Janeiro, em particular, registrou-se avanço de 18% (de 368 para 434 mortes), e, em São Paulo, estado muito mais populoso, de 8% (de 197 para 213).

A situação paulista, já se vê, é muito melhor que a fluminense. Ela é fruto de um investimento longo e consistente em capacitação, aparelhamento e inteligência policial, e não de invectivas irresponsáveis de políticos para que agentes públicos multipliquem as ocasiões em que atiram para matar.

27 ABR 2019

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

MENOS MÉDICOS

O Brasil pode registrar 100 mil mortes consideradas evitáveis até 2030. Os óbitos seriam consequência de uma eventual paralisação do programa Mais Médicos e do congelamento dos gastos federais na atenção básica de saúde no país, com o teto de gastos.

PESQUISA Os dados são de dois estudos feitos pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em colaboração com pesquisadores da Universidade Stanford, nos EUA, e do Imperial College, em Londres.

TÍTULO Um deles foi publicado nesta sexta (26) na BMC Medicine, uma das principais revistas médicas do mundo. O estudo analisou dados de 5.507 municípios brasileiros em uma projeção de 2017 até 2030. O levantamento não inclui os óbitos em maiores de 70 anos.

CONSULTA De acordo com a pesquisa, as principais causas de morte seriam em decorrência de doenças infecciosas e deficiências nutricionais.

PARA ELAS A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep) vai lançar uma campanha em favor das mulheres que necessitam de acesso à Justiça para a garantia dos seus direitos. A iniciativa será apresentada no dia 3 de maio no vão do Masp.

PAINEL

ENTRA PARA RESOLVER A escolha em tempo recorde de Jair Bolsonaro pelo nome de Sérgio Silveira Banhos para a vaga de ministro do Tribunal Superior Eleitoral encerrou aguda troca de farpas, nos bastidores, entre membros do STF.

ZEBRA Os integrantes do Supremo elaboram a lista tríplice que é enviada para o presidente eleger o novo membro do TSE. Desta vez, Grace Mendonça, ex-advogada-geral da União de Michel Temer, apareceu como a mais votada, com 10 votos, contra 7 dos outros nomes —Banhos entre eles.

DIGITAIS Grace era a aposta da presidente do TSE, Rosa Weber. A praxe é que os ministros votem nos indicados pelos colegas, e sinalizem, com base em outros critérios, o favorito. Grace teve todos os votos, mas os demais, apoiados por outros membros do STF, não. Esse desfalque foi colocado na conta de Weber e aliados.

MEULADO Integrantes da corte —e Admar Gonzaga, dono da cadeira que logo ficará vaga no TSE— fizeram chegar a Bolsonaro que a preferência por Grace, expressa no número de votos, era “artificial” e que Banhos, juiz substituto do tribunal, tinha mais apoio. O presidente o indicou em apenas 24 horas.

27 ABR 2019

FOLHA DE S. PAULO

Julgamento de candidatas laranjas do PI pode abrir precedente para partidos

Yala Sena

SÃO PAULO Nas eleições municipais de 2016, a candidata pelo PR Magally da Silva Costa, 22, foi até a urna eletrônica, mas não votou nela mesma. No pleito, não obteve nenhum voto.

O julgamento da possível candidatura fictícia de Magally e de mais quatro mulheres em Valença do Piauí, a 216 km de Teresina, pode abrir precedente aplicável aos casos de candidaturas laranjas em todo o país.

É o primeiro processo de fraude na cota de gênero analisado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral). O ministro Edson Fachin pediu vista e o julgamento deverá ser retomado em maio.

O processo pode gerar um efeito cascata para as candidaturas fictícias de mulheres no PSL, partido de Jair Bolsonaro, nas eleições de 2018, em casos revelados pela Folha.

A exigência de cota mínima de 30% de mulheres nas coligações eleitorais foi burlada em Valença do Piauí, segundo o ministro do TSE Jorge Mussi, relator do processo.

Em março, o magistrado cassou os registros das duas coligações, atingindo

29 candidaturas.

A decisão afasta seis vereadores eleitos, dos 11 existentes na Câmara de Valença do Piauí. A alegação é que a fraude das cinco candidaturas femininas beneficiou toda a coligação proporcional.

“A gravidade dos fatos é incontroversa”, disse Mussi, que manteve a decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Piauí.

No relatório, o ministro apontou como fraudulenta a candidatura de Ivaltânia Nogueira, 56, do Pros, mãe de Leonardo Nogueira, também do Pros, que foi o segundo vereador mais votado da cidade com 827 votos. A mãe, segundo o relator, não fez propaganda e apoiou publicamente o filho.

Outro caso incomum citado por Mussi foi o de Maria Eugênia de Sousa Martins Gomes, 56, do PSL, que obteve um voto e fez campanha no Facebook para o marido, candidato pelo mesmo partido.

Segundo Mussi, chama a atenção o caso da candidata Maria Neide da Silva Rosa, 60, do PRB, que não compareceu às urnas para votar.

Tanto o TRE do Piauí como o relator afirmaram que as cinco candidaturas tinham

grandes semelhanças nos registros de campanhas, tipos de despesas, valores e datas de emissões de notas fiscais.

“Denotam com perfeita nitidez indícios de maquiagem contábil”, disse Mussi, que, além de cassar os registros, tornou inelegível o vereador Leonardo Nogueira e Antonio Gomes da Rocha (PSL), que não foi eleito.

O advogado Luís Francivando Rosa da Silva, que defende a cassação dos registros, afirma que é um mau costume dos partidos preencherem a cota de gênero com candidaturas fictícias.

“A fraude foi constatada em primeira e segunda instâncias. Se o TSE não punir exemplarmente vai aumentar o número de candidaturas laranjas nas eleições.”

José Norberto Campelo, advogado que defende os vereadores, afirmou que a cassação interfere na soberania do voto e pode mudar a configuração política brasileira.

“Mais de 50% dos eleitores de Valença votaram na coligação que vai cair. É um equívoco porque a pena afeta pessoas que não participaram da fraude e que seriam eleitos com ou sem candidatura fictícia.”

FOLHA DE S. PAULO

BRUNO BOGHOSIAN

Os autos e as urnas

BRASÍLIA Lula disse que sua prisão é uma “farsa montada” por Sergio Moro e por Deltan Dallagnol. O discurso não é novo e o caso já foi julgado por outros tribunais, mas o ex-presidente afirmou à Folha e ao jornal El País que sua obsessão é “desmascarar” o ex-juiz e o procurador.

Apesar de repisar essa cruzada, o petista substitui a disputa jurídica por um esforço estritamente político. Lula faz acenos ao STF em busca da revisão de sua sentença, mas se mostra mais interessado em um embate com o governo Jair Bolsonaro.

Na entrevista, a jornalista Mônica Bergamo destacou que houve corrupção comprovada envolvendo o PT e perguntou se o ex-presidente errou ao usar o sítio de Atibaia, reformado por empreiteiras. Lula se disse disposto a discutir “a questão ética” em torno do assunto, mas logo migrou para sua zona de conforto.

“Qual é o meu incômodo? Se eu estivesse aqui preso e o salário mínimo tivesse dobrado, [pensariam:] ‘o Lula realmente é um desgraçado, prendeu e melhorou’. Mas não. Acabaram agora com o aumento real do salário mínimo”, declarou.

Com foco na economia, Lula ataca Paulo Guedes e incentiva manifestações contra a reforma da Previdência. As críticas ao governo fazem parte da estratégia que mistura defesa e palanque. “Estou aqui para provar minha inocência, mas estou muito mais preocupado com o que está acontecendo com o povo”, disse.

Enquanto se desvia do desgaste sofrido pelo PT com a corrupção, o ex-presidente luta para preservar capital político dentro da cela. Reclama da “falta de sensibilidade dos setores da esquerda de não se unir”, mas faz gestos pouco convidativos. Diz que Ciro Gomes “precisa aprender a suportar os contrários” e que “a Marina [Silva] acabou, né, coitada”.

No fim da entrevista, Lula afirmou que pretende trabalhar por “alguém mais novo”, mas também admitiu que sente uma “coceira”. Depois, reeditou o famoso jingle de Getúlio Vargas: “Como é que diz a música do velhinho? Bota o velhinho na parede, o velhinho tá de volta. Quem sabe?”.

28 ABR 2019

28 ABR 2019

FOLHA DE S. PAULO

GASPARI

O futuro de Moro

O ministro Sergio Moro deu dois sinais públicos de cansaço.

Outro dia ele defendeu seu projeto de leis contra o crime dizendo que "o governo não pode agir como um avestruz (...) tem que se posicionar e liderar, com o Congresso, a mudança de um sistema de leis que favorece a impunidade para um de responsabilidade".

O governo é onde ele está.

Durante sua passagem por Lisboa disse que ir para o Supremo Tribunal Federal "seria como ganhar na loteria". O ministro esclareceu que seu objetivo "é apenas fazer o meu trabalho", mas ficou claro que está de olho no bilhete premiado.

A primeira vaga só ocorrerá em novembro do ano que vem.

PAINEL DO LEITOR

A Justiça brasileira, especificamente o STF, chega ao seu estado mais alto de deploração ao permitir que um presidiário dê entrevistas. A quem interessa tais informações? Ao país é que não.

Alcino Caetano de Souza (Goiânia, GO)



Lula tem meu respeito e pode, sim, num ambiente democrático falar ou escrever o que pensa. Se muitos se sentem incomodados, é porque devem algo.

João Batista de Júnior (Mogi Mirim, SP)

FOLHA DE S. PAULO

DANILO DE FREITAS

O CIRCO

28 ABR 2019

No governo de Bolsonaro, tudo está combinado, como nos picadeiros

A aparência intempestiva das atitudes dos Bolsonaros é farsante. Estamos diante de uma trupe como são tantas famílias circenses. Grosserias, desobediências, postagem nas redes e logo a retirada, os alvos e temas escolhidos, nada disso é espontâneo. Tudo está combinado, como nos picadeiros. Com funções distribuídas entre os diferentes estilos entre os protagonistas. E para uma plateia aparvalhada.

O pai desobedecido e, no entanto, incentivador de novas sandices do filho tido como o mais destrambelhado, seria bastante para se duvidar de condutas divergentes. Bolsonaro pai, afinal de contas, se sujeita aos desgastes de uma situação ridícula e, em país com algum autorrespeito, desmoralizante. O próprio Bolsonaro pai, porém, dá indicações explícitas de que o jogo de acusações e o divisionismo pelo insulto são combinados. E articulados com objetivos ocultos, capazes de justificar o alto custo político e pessoal para seus persistentes praticantes.

No começo da semana passada, Bolsonaro soltou pequena nota para dizer que “as recentes declarações” (só as recentes, pois) de um dos seus guias, Olavo de Carvalho, não contribuíam para “a unicidade de esforços” do governo. A notícia foi propagada como crítica. Quem difundira dois dias antes, sábado à noite, “as declarações” de virulência ensandecida, contra as escolas militares e “os milicos” em geral, foi o próprio Bolsonaro, no YouTube. Para maior difusão, replicado pelo filho Carlos.

Apesar de possíveis dificuldades, Bolsonaro por certo entendeu “as recentes declarações” e tornou-as públicas por vontade sua. Não foi ingenuidade. Assim como havia um propósito na remessa, houve no passo seguinte de Bolsonaro e do filho. O desagrado de Carlos com a retirada da postagem de Bolsonaro, consta que por pressão, não foi mais do que outra ceninha. Seus ataques não cessaram.

Exemplos nessa linha são numerosos. Já é tempo de se encerrar o papel de tolos manipulados pelas farsas dos Bolsonaros.

Os condenadores de Lula não ficam bem, dos pontos de vista jurídico e ético, ante a redução da pena do ex-presidente no Superior Tribunal de Justiça. Sergio Moro condenou-o a 9 anos e 6 meses, pelo alegado recebimento da cobertura; no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o relator João Gebran (pretendente à nomeação para o Supremo) aumentou a pena para 12 anos e 1 mês, mais a multa de R\$ 29 milhões em valor atual. Foi apoiado pelos outros dois desembargadores da turma.

A quinta turma do STJ não examinou o mérito do processo, os fundamentos da acusação. Apreciou e recusou as irregularidades reclamadas pelo recurso da defesa. Mesmo à margem do mérito, porém, no confronto entre a acusação e as sentenças cabíveis, decidiu por unanimidade que as pe-

nas foram superdimensionadas: fixou em 8 anos e 10 meses o que eram 12 anos e 1 mês; e baixou para R\$ 2,4 milhões a multa que estava aumentada em mais de dez vezes.

Juízes são dispensados de dar explicação. Quando sentenças e política se misturam, explicações não fazem falta, mesmo.

29 ABR 2019

FOLHA DE S. PAULO

Redução da pena de Lula no STJ foi a maior na Lava Jato

Menos comum na corte, diminuição do tempo de punição por caso triplex foi de 26%, o dobro do índice anterior

Felipe Bächtold

SÃO PAULO A decisão do STJ (Supremo Tribunal de Justiça) de reduzir em 26% a pena do ex-presidente Lula no caso do triplex de Guarujá (SP) tem dimensões inéditas em casos da Lava Jato do Paraná julgados pela corte.

No julgamento do petista, na terça-feira (23), a pena dele nesse processo caiu de 12 anos e 1 mês para 8 anos, 10 meses e 20 dias, o que abre caminho para que ele deixe o regime fechado ainda neste ano.

A reportagem localizou outros seis recursos com origem em processos da Lava Jato em Curitiba que já foram julgados pela corte e detectou apenas outras duas reduções de pena. As dimensões, no entanto, foram bem menores, de 4,5% e de 13%.

São dois casos separados que envolvem o mesmo acusado, o operador Carlos Habib Chater, réu da primeira fase da operação e que se tornou conhecido por ser dono do posto de gasolina no Distrito Federal que levou ao nome de batismo "Lava Jato".

Nos casos de Chater, o relator no STJ, Felix Fischer, decidiu reduzir as penas assim que analisou o caso individualmente, decisão depois seguida pelos seus colegas na Quinta Turma do tribunal. Agora, no processo de Lula, a iniciativa do juiz de alterar a dosi-

metria da punição só aconteceu quando houve o julgamento pelo grupo de ministros.

Após a decisão do STJ sobre Lula, o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes disse que a corte, que equivale a um terceiro grau no Judiciário, deu um recado "a penas superdimensionadas" em Curitiba.

No processo do triplex, a pena havia sido aumentada em dois anos e sete meses da sentença em primeira instância para a apelação no segundo grau, no TRF (Tribunal Regional Federal) da 4ª Região.

Proporcionalmente, houve ampliações de pena em segunda instância de até 140%. A maior parte das decisões da corte regional é por manter os vereditos de primeira instância, mas ela também costuma mais ampliar do que reduzir as penas.

Nos casos analisados pela Folha no STJ, não houve absolvições de condenados nas instâncias inferiores nem anulação de processos.

A Quinta Turma da corte em Brasília chegou a ganhar anos atrás o apelido no meio jurídico de "câmara de gás" por sistematicamente negar pedidos de alvos da Lava Jato, principalmente solicitações de habeas corpus.

Nos processos já julgados na Lava Jato, a rotina foi rejeitar os pedidos de absolvição sob o argumento de que as defesas queriam, na prática, uma revisão das provas do caso, o que não pode mais ser feito nessa instância da Justiça.

Esse desfecho é considerado comum no STJ, que, segundo levantamento da própria corte, só absolve condenados em outras instâncias em menos de 1% dos casos.

Na Lava Jato, já tinham sido negados antes de Lula, por exemplo, recursos de um ex-assessor do ex-deputado Pedro Corrêa e de um ex-policial que atuava com o doleiro Alberto Youssef, um dos primeiros alvos da operação.

O caso de Lula, mesmo tendo sido aberto já com a Lava Jato em estágio avançado, em 2016, chegou à corte em Brasília muito antes de vários processos mais antigos. Isso ocorreu, entre outros motivos, porque o trâmite da investigação do triplex na segunda instância foi acelerado. Como os três juízes que julgaram o caso do ex-presidente no TRF da 4ª Região não divergiram entre si, houve menos possibilidades de recursos antes do envio dos autos a Brasília.

CONTINUA

29 ABR 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A defesa do ex-presidente Lula, que tanto reclamou do ritmo intenso de julgamento no processo do apartamento no litoral paulista, acabou de certa forma beneficiada por essa circunstância no tribunal em Brasília. A antecedência da decisão do STJ de reduzir a pena possibilita que o ex-presidente Lula deixe a cadeia e passe ao regime semiaberto já no fim de setembro.

O petista está preso desde o dia 7 de abril de 2018 na sede da Superintendência da Polícia Federal, em Curitiba.

O caso do ex-presidente Lula passou à frente de outros dois processos de Curitiba que tinham sido enviados antes para o Superior Tribunal de Justiça. O ritmo do trâmite fica pendente, por exemplo, da ausência de pedidos de vista na corte ou da agilidade do relator ou do Ministério Público em analisarem os elementos do caso.

Com o envio ao Supremo Tribunal Federal, o processo do triplex de Guarujá pode se tornar um dos primeiros da Operação Lava Jato, deflagrada cinco anos atrás, a ter seus recursos esgotados em todas as instâncias.

Houve processos julgados em Curitiba em que as partes decidiram não recorrer às instâncias superiores, como processos que envolvem delatores com acordo de delação premiada homologado na Justiça.

O TRF4, com sede em Porto Alegre, já julgou até agora 36 casos da Lava Jato em segundo grau.

Entenda o que acontece com Lula com a decisão do STJ

Petista pode ter direito a sair da cadeia em setembro, mas há empecilhos

Condenado

Primeira instância 12.jul.2017

O juiz federal Sergio Moro condenou Lula a 9 anos e 6 meses de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro. Lula é acusado de receber vantagens indevidas da OAS, com a reserva e a reforma de um triplex em Guarujá (SP)

Condenado

Segunda instância 24.jan.2018

Os três juízes da 8ª turma do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) confirmaram a condenação e ampliaram a pena para 12 anos e 1 mês de prisão

Condenado

Superior Tribunal de Justiça 23.abr.2019

Em decisão unânime, ministros mantiveram a condenação e reduziram a pena para 8 anos e 10 meses de prisão

O que acontece agora

Para progredir para o semiaberto, é necessário cumprir $\frac{1}{3}$ da pena em regime fechado. Com a decisão do STJ, Lula poderia sair da cadeia no fim de setembro

Empecilhos

- 1 Lula tem que pagar R\$ 2,4 milhões em reparação de danos causados para ter direito à progressão de regime
- 2 Em 6.fev.2019, Lula foi condenado em 1ª instância a 12 anos e 11 meses de prisão pelo caso do sítio de Atibaia (SP). Se houver condenação em 2ª instância, as penas dos dois processos serão somadas, e o petista terá que:
 - Voltar para a cadeia, caso a condenação saia depois de setembro
 - Permanecer na cadeia até o começo de 2022, quando tem direito à progressão de regime*

Doutros processos

O ex-presidente também é réu em outras seis ações

*Considerando que não haja mudança na pena

29 ABR 2019

FOLHA DE S. PAULO

OAB lidera estudo contra 10 medidas do pacote de Moro

Grupo de trabalho vai levar ao Congresso o que considera inconstitucional

Carlos Petrocilo

SÃO PAULO O Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) vai levar ao Congresso um estudo que se opõe ao pacote anticrime desenhado pelo ministro da Justiça, Sergio Moro.

O documento feito por juristas e associações do direito, como IBCCrim (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais), IAB (Instituto dos Advogados Brasileiros) e Condege (Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais), tece críticas e apresenta sugestões.

A entidade, agora, negocia uma data, provavelmente até a primeira quinzena de maio, com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), para levar o estudo.

Para o grupo da OAB, ao menos dez medidas do plano do governo Jair Bolsonaro (PSL) precisam ser revistas, pois ferem a Constituição (veja ao lado).

A que mais provocou contrariedade é a possibilidade de interceptar advogado em parlatório — gravar conversa entre advogado e cliente preso.

Um trecho do pacote de Moro altera a lei que regulamenta presídios federais de segurança máxima e estabelece a instalação de câmara no parlatório e nas áreas comuns, para fins de preservação da ordem interna e da segurança pública. Gravações entre advogado e cliente só poderão ser autorizadas por decisão judicial.

A interceptação, diz o relatório da OAB, fere o Estatuto da Advocacia, que garante o sigilo profissional. Os pareceristas Alberto Toron e Lenio Streck também dizem que o projeto de Moro vai contra o artigo 133 da Constituição, “que confere status indispensável à figura do advogado para a administração da Justiça, destacando-se a inviolabilidade de seus atos e manifestações no exercício da profissão”.

Escanteada pelo ministro da Justiça, a OAB também reclama que poderia ter contribuído tecnicamente para elaboração do texto que altera 14 pontos do Código Penal, Código de Processo Penal, Lei de Execução Penal, Lei de Crimes Hediondos e Código Eleitoral.

“Há convergência total por parte da comunidade científica de que a proposta do Ministério da Justiça não foi precedida do indispensável debate público que se esperava em um projeto com esse impacto sobre o sistema penal, processual penal e penitenciário”, diz o documento.

O advogado criminalista Juliano José Breda, presidente da Comissão de Garantia do Direito de Defesa e relator do estudo, diz que o Conselho Federal convidou Moro para participar de reunião da entidade em 8 de abril. Mas, segundo ele, o ministro disse que não teria agenda e foi acompanhar Bolsonaro nos EUA.

“O projeto do ministro já começa com uma série de erros. O primeiro deles é a ausência de um debate aprofundado com os advogados especializados. Não foi construído democraticamente”, afirma Breda. “A segunda observação, a mais grave, é que o pacote veicula matérias de indiscutível inconstitucionalidade.”

A Folha procurou a assessoria do Ministério da Justiça, mas não foi atendida.

Outros nove trechos do pacote anticrime de Moro não sofreram rejeição entre os conselheiros da OAB.

São eles: 1) a criminalização do caixa dois; 2) criação do banco de perfil genético de condenados; 3) regulamentação da conexão de crimes da competência da Justiça Eleitoral; 4) criação do informante do bem; 5) alteração do regime jurídico dos presídios federais; 6) interrogatório e audiências por videoconferências; 7) aperfeiçoamento do conceito de organizações criminosas; 8) regulamentação das escutas ambientais; e 9) modificação do sistema de cobrança das multas penais.

CONTINUA

29 ABR 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Pontos do pacote anticrime criticados pela OAB

1) Execução da pena antes do trânsito em julgado

Cumprimento da sentença após condenação em 2ª instância

O que diz a OAB: fere princípio constitucional da presunção de inocência

2) Execução antecipada das decisões do Tribunal do Júri

Cumprimento da sentença após condenação pelo júri

O que diz a OAB: viola a presunção de inocência, o duplo grau de jurisdição e aumentará erros do Judiciário

3) Embargos infringentes

Recurso só poderá ser interposto se um dos juízes em 2ª instância votar pela absolvição total

O que diz a OAB: projeto busca cercear os meios de defesa e estimula injustiças

4) Legítima defesa

O juiz poderá reduzir a pena até a metade ou deixar de aplicá-la se a reação decorrer de medo, surpresa ou violenta emoção. Considera-se legítima defesa o agente de segurança que agir em conflito armado

O que diz a OAB: pode funcionar como válvula de impunidade em casos graves. Levará ao incremento da violência policial

5) Regime da prescrição

Novos pontos dificultam prazo de prescrição, como se houver embargos de declaração ou recursos nos tribunais superiores (STJ e STF)

O que diz a OAB: pode gerar maior lentidão nos processos. Não é possível utilizar uma sentença absolutória para prejudicar o réu

6) Cumprimento da pena

Reincidente deve cumprir pena em regime fechado.

Para crimes hediondos, a progressão só vale após cumprir de 3/5 da pena

O que diz a OAB: permite que o juiz, sem critérios claros, decida que em uma condenação de 6 anos, só haja progressão após 5 anos e meio

7) Crime de resistência

Prevê pena de até 30 anos quando houver risco de morte de funcionário público ou a terceiro

O que diz a OAB: risco de morte é diferente de resultado morte

8) Criação do confisco alargado

Decreta a perda dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele compatível com o seu rendimento lícito

O que diz a OAB: Inconstitucional pois inverte o ônus da prova, presumindo a ilegalidade do patrimônio

9) Interceptação de advogados em parlatório

Presídios deverão ter sistema de monitoramento no parlatório. Gravação entre advogado e cliente preso depende de aval do juiz

O que diz a OAB: atenta contra o direito de defesa

10) Acordos penais

Confissão de crimes em troca de uma pena

O que diz a OAB: ao exigir concordância do Ministério Público, retira do Judiciário o poder de concessão do benefício

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

ATRÁS DAS
GRADES

29 ABR 2019

O estado de SP terá que pagar uma indenização de R\$ 50 mil para um jovem que permaneceu preso indevidamente por cerca de dois anos, em Praia Grande. O pedido foi feito pela Defensoria Pública de SP.

TEMPO Ele foi detido em 2009 e a sentença foi proferida em julho de 2011. O jovem foi condenado a cumprir a pena em regime aberto. A lei prevê, no entanto, que, como ele era menor de 21 anos na data do delito, a demora para a conclusão do processo extingue a punição —o juiz reconheceu isso.

DEMORA Apesar da determinação de soltura imediata, o alvará não foi expedido e o jovem permaneceu preso até dezembro de 2013.

ERRO Em razão da prisão ilegal, a Defensoria entrou com o pedido de indenização por danos morais no valor de R\$ 150 mil. O órgão afirma, ainda, que entrará com recurso por considerar os R\$ 50 mil não condizentes com o dano gerado.

27 ABR 2019

GAZETA DO POVO

OS BENS

MILIONÁRIOS

DE CONDENADOS

NA LAVA JATO

Casas, apartamentos e carros de luxo, iates, jatinhos, fazenda e até hotéis de alto padrão estão na lista dos itens levados a leilão

● Em pouco mais de cinco anos desde que a operação veio à tona, a Lava Jato já condenou mais de 150 pessoas em julgamentos da Justiça Federal em Curitiba e outras 40 no Rio de Janeiro. Só no braço das investigações no Paraná o valor total de ressarcimento pedido passa de R\$ 40 bilhões, incluindo multas. No Rio chega a R\$ 4,95 bilhões. Boa parte do dinheiro desviado que se pretende recuperar é referente a bens de pessoas acusadas e condenadas, muitas delas líderes políticos e operadores do esquema de corrupção.

Pelos últimos dados da Justiça Federal do Paraná, R\$ 3,2 bilhões de bens dos réus já foram bloqueados. No Rio, o valor dos bens de pessoas envolvidas com o esquema que tem como principal acusado o ex-governador Sérgio Cabral — e que são alvo de recuperação — passa de R\$ 2 bilhões. Muitas dessas propriedades adquiridas com dinheiro ilícito já foram a leilão e outras estão prestes a ser leiloadas. São bens variados, de imóveis a carros e iates de luxo até jatinhos

e joias que estavam em poder dos criminosos.

Três leiloeiros foram responsáveis até agora pela maior parte dos leilões de bens de réus da Lava Jato. No Rio de Janeiro, Renato Guedes foi nomeado pelo juiz federal Marcelo Bretas — que no início deste mês revelou que a Lava Jato no Rio tem R\$ 2 bilhões em dinheiro recuperado da corrupção. Guedes realizou leilões de todos os bens de réus do caso envolvendo o ex-governador Sérgio Cabral, incluindo uma mansão arrematada por R\$ 14,4 milhões.

Em Curitiba, os leiloeiros Luciano Marangoni, da Marangoni Leilões, e Jorge Nogari, da Nogari Leilões, estão à frente dos lances. Nogari atuou na última quinta-feira (25) no leilão de apartamentos do Edifício Hotel Villa Lobos (São Paulo), confiscados da doleira Nelma Kodama. Marangoni foi responsável pela venda do triplex do Guarujá, atribuído a Lula.

“Fizemos leilões de bens do Yousseff, do José Dirceu e de outros condenados. Tem

outros bens que em breve deverão ir a leilão, mas as informações estão sob sigilo de Justiça. Dentro de três ou quatro meses devem ser divulgados esses bens”, adianta Marangoni.

O leiloeiro de Curitiba diz que o interesse pelos bens oriundos da Lava Jato é muito grande. “Esses bens têm liquidez muito rápida e a divulgação na imprensa contribui para isso. Um exemplo é o triplex relacionado ao ex-presidente Lula, que foi vendido no primeiro leilão. Isso é incomum. Normalmente são realizados dois três leilões para vender um bem de alto valor agregado”, explica.

Jorge Nogari destaca vantagens para quem arremata bens em leilões da Lava Jato. “Esses bens são entregues livres e desembaraçados de quaisquer débitos e ônus. Por ser da Lava Jato, são favoritos. Os arrematantes preferem esses bens porque têm a segurança de que os mesmos serão entregues na condição de aquisição originária”, acrescenta.

CONTINUA

GAZETA DO POVO 27 ABR 2019

CONTINUAÇÃO

A segurança também é destacada por Marangoni. “Hoje, a compra em leilão judicial pode ser considerada a mais segura do Brasil. Isso porque você tem a garantia da Justiça de que vai receber o bem ou seu dinheiro será ressarcido. A possibilidade de perda é nula.”

Bens valiosos

O último leilão anunciado ocorreu na quinta-feira (25), quando foram colocados para arremate 37 apartamentos retidos pela Lava Jato do Paraná. Os imóveis estavam em nome da doleira Nelma Kodama, presa em março de 2014. Nelma chamou atenção na época ao cantar a canção ‘Amada Amante’, de Roberto Carlos, durante um interrogatório do juiz Sérgio Moro. Foi dessa forma que ela se referiu ao relacionamento que mantinha com o doleiro Alberto Youssef, personagem de Londrina que desencadeou a Lava Jato. Condenada a dezoito anos de prisão, a doleira está em prisão domiciliar e usa tornozeleira eletrônica.

Os apartamentos são do Edifício Hotel Villa Lobos, no Jaguaré, na cidade de São Paulo. Esta foi a segunda vez que esses imóveis foram a leilão. Na primeira, o lance inicial era de R\$ 190 mil por unidade. Na quinta-feira ficaram disponíveis por R\$ 114 mil, com 50% entrada e saldo em até 12 vezes. No total, o lote teve avaliação de R\$ 7,03 milhões.

Apesar da falta de balanço do que foi leiloado até na última semana, vários lotes anunciados movimentaram valores milionários. Em outubro do ano passado, apenas um leilão realizado se-

de da Justiça Federal do Rio de Janeiro arrecadou mais de R\$ 11 milhões relacionados a bens apreendidos durante as investigações do esquema de desvios envolvendo Sérgio Cabral. O leilão foi determinado pelo juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal.

No lote estavam dois apartamentos da advogada Adriana Ancelmo, mulher de Cabral, localizados no bairro nobre de Ipanema, zona sul do Rio, arrematados pelo valor de R\$ 5,04 milhões. Os apartamentos, com 80 metros quadrados, vaga de garagem e vista para o mar foram adquiridos em lance único. Também foi leiloado um jatinho, modelo Phenom 100, ano 2009, e um carro Hyundai, modelo Tucson, ano 2018, no total de R\$ 6,57 milhões. A aeronave e o carro pertenciam ao empresário Arthur César de Menezes Soares Filho, acusado de fazer parte do grupo criminoso de Cabral.

Das investigações no Paraná, um dos bens de alto valor leiloados foi o apartamento triplex atribuído ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A unidade do Condomínio Solaris, no Guarujá, foi arrematada em 15 de maio do ano passado por R\$ 2,2 milhões. O triplex do Guarujá levou à condenação de Lula pelo ex-juiz Sergio Moro — hoje ministro da Justiça no governo do presidente Jair Bolsonaro — a nove anos e meio de prisão. Em segunda instância, a 8ª turma do Tribunal Federal da 4ª Região (TRF4), em Porto Alegre, ampliou a pena para 12 anos e 1 mês. Finalmente, na última terça-feira (23), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reduziu o período de

prisão do ex-presidente para 8 anos, 10 meses e 20 dias.

Um dos primeiros condenados no Paraná que tiveram bens leiloados foi o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. Em outubro de 2016 foi leiloada uma lancha adquirida por ele com recursos ilícitos. A embarcação, chamada Costazul I, teve avaliação de R\$ 1,7 milhão e foi arrematada por R\$ 1,44 milhão. Costa foi o primeiro investigado pela Lava Jato que fechou acordo de delação premiada. Preso em 2014, o ex-diretor chegou a ser condenado por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, mas atualmente cumpre pena em regime aberto, no Rio de Janeiro.

Outro lote de alto valor reuniu 73 apartamentos do Hotel San Diego Express, na cidade de Aparecida (SP), em novembro de 2017. Os imóveis estavam em nome do doleiro Alberto Youssef, personagem de Londrina (PR) que desencadeou a Lava Jato. Os apartamentos foram comprados por R\$ 8,4 milhões.

Youssef foi preso em 2014 e condenado a 122 anos de prisão, mas teve a pena reduzida a três anos em razão da colaboração com a Justiça em sua delação premiada, considerada uma das mais importantes. O doleiro também devolveu aos cofres públicos R\$ 50 milhões e hoje está fora da cadeia.

CONTINUA

Personagem emblemático da Lava Jato, o ex-ministro José Dirceu já viu alguns de seus bens irem embora. Em junho do ano passado, Moro determinou o leilão de três imóveis Dirceu. Juntos, os imóveis foram avaliados pela Justiça Federal em mais de R\$ 8,5 milhões. Dos três imóveis, somente uma casa localizada no bairro da Saúde, em São Paulo, foi arrematada por R\$ 465 mil. As outras duas propriedades são um imóvel comercial em Moema, na zona sul da capital paulista e uma chácara na cidade de Vinhedo, no interior de São Paulo.

MANSÃO DE CABRAL E IATE DE EIKE SÃO SÍMBOLOS DE LUXO

● Apesar das ações da Lava Jato em Curitiba terem maior repercussão desde o início dos escândalos, é no Rio de Janeiro que a operação recuperou bens que mais chamaram a atenção, tanto pelo seu valor como pelo luxo e até esbanjamento do dinheiro da corrupção. Os bens foram colocados em leilão pelo juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal.

Em setembro do ano passado, uma mansão do ex-governador Sérgio Cabral, localizada em Mangaratiba (RJ), foi arrematada por R\$ 6,4 milhões. O lance demonstra ter sido um bom negócio para o comprador. O imóvel foi colocado à venda por R\$ 8 milhões, mas no primeiro leilão ninguém se arriscou a pagar o lance mínimo. Na segunda vez, saiu com um desconto de R\$ R\$ 1,6 milhão.

A mansão de Sérgio Cabral pode ser considerada a casa dos sonhos para

muitos que desejam uma casa na praia. O imóvel, que era cenário para festas da elite política e empresarial do Rio, fica na paradisíaca Praia São Braz. Tem um total de 462 metros quadrados, onde estão distribuídas cinco suítes, sauna e churrasqueira, além de dois quartos de empregados. No quintal, há sala de ginástica, sauna com paredes de vidro, churrasqueira e duas piscinas.

O valor milionário da casa de Cabral impressiona, mas não chega nem perto do iate do empresário Eike Natista, que chegou a ser considerado um dos homens mais rico do mundo e depois entrou em desgraça. A embarcação foi vendida em leilão realizado no mês de dezembro passado, pela 'bagatela' de R\$ 14,4 milhões.

O iate Pershing SPA, modelo 115, com capacidade para 21 passageiros, tem quatro quartos, sendo duas suítes, além de três cabines, cozinha e espaço para guardar dois jet skis. O comprador ganhou um desconto atrativo, de R\$ 3,6 milhões. A embarcação estava avaliada em R\$ 18 milhões.

De acordo com informações do leiloeiro Renato Guedes, nomeado pelo juiz Marcelo Bretas e responsável pela venda do iate de Eike, o comprador pagou uma entrada de 25% (R\$ 3,6 milhões) do valor total e o restante foi dividido em 30 parcelas.

Os bens de alto valor não se resumem à mansão de Cabral e ao iate de Eike. No começo deste ano, após dois leilões sem oferta, a Justiça determinou a reavaliação da lancha "Manhattan Rio", que pertencia ao ex-governador. O primeiro leilão foi realizado em outubro do ano passado, com lance mínimo

de R\$ 4 milhões. O segundo ocorreu uma semana depois. Mesmo com um desconto de R\$ 800 mil, ninguém fez oferta. Com isso, o juiz Marcelo Bretas determinou uma reavaliação da embarcação.

Dos bens de envolvidos com Cabral também destacam vários imóveis duplex, a maioria na Barra da Tijuca, bairro nobre do Rio de Janeiro. Um deles, com 268 m² e 4 vagas na garagem, em um condomínio de alto padrão na avenida Lúcio Costa, foi avaliado em R\$ 5,4 milhões. Outro duplex, também na Barra, com 249m² e 2 vagas de garagem, localizado no condomínio de luxo

Les Residences Saint Tropez, foi avaliado em R\$ 4,27 milhões

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

27 ABR 2019

Um terceiro duplex também fica na avenida Lúcio Costa, condomínio Atlântico Sul. Tem 289m², 2 vagas de garagem e piscina no terraço do prédio. O valor? R\$ 3,5 milhões, mas foi colocado em leilão com lance mínimo de R\$ 2,8 milhões.

A lista dos bens de Cabral leiloados é longa. Na 'série veículos' estão um Land Rover Discovery (R\$ 251 mil), um Land Rover Freelander (R\$ 156 mil) e um Hyundai Azera (R\$ 78 mil). O Land Rover Discovery despertou interesse de um empresário do setor de saúde, que não quis se identificar, por ter blindagem nível 4, que suporta tiros de fuzil, o que raramente é permitida para o cidadão comum, mas que havia sido concedida a Cabral por ele ser governador.

Alguns bens demonstram o nível de esbanjamento com o dinheiro proveniente da corrupção. Um relógio Cartier, por exemplo, foi avaliado em R\$ 14 mil, com lance mínimo de R\$ 11,2 mil. Outro relógio, um Montblanc, teve avaliação de R\$ 9 mil e lance mínimo de R\$ 7,2 mil.

Também foram vendidos três apartamentos do operador de Cabral, Ary Filho, na Avenida Lúcio Costa, na Barra da Tijuca, de frente para o mar, por R\$ 9 milhões.

Sérgio Cabral é carioca, tem 56 anos, foi deputado estadual, senador e governador do Rio por dois mandatos, entre 2007 e 2014. Não existe um cálculo exato do montante de recursos desviados pelo esquema que o ex-governador é acusado de liderar, mas segundo dados do Ministério Público Federal (MPF), somente a rede de doleiros que serviu a Cabral movimentou em cinco anos cerca de R\$ 6,2 bilhões. Cabral já foi denunciado 29 vezes pelo MPF por suspeita em corrupção enquanto governava o Rio e está preso desde novembro de 2016. Até agora, somando todas penas, o ex-governador já foi condenado a mais de 200 anos de prisão na operação Lava Jato.

Eike Batista pegou pena menor. Foi condenado a 30 anos de prisão e ao pagamento de multa de R\$ 53 milhões pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Ele é acusado de pagar propina no valor de US\$ 16,5 milhões (cerca de R\$ 60 milhões) a Cabral. Atualmente, Eike se encontra em prisão domiciliar. (CM) ●

Liberdade de expressão não é uma concessão estatal

O caso da decretação de prisão contra Danilo Gentili em razão de uma ação movida pela deputada Maria do Rosário é um caso extremo, porém representativo da frágil situação que a liberdade de expressão e outros direitos têm no Brasil.

O Brasil aparece como “parcialmente livre” nos rankings de liberdade de imprensa e liberdade na internet da Freedom House, sendo um dos países mais perigosos para se exercer o jornalismo. A Freedom House ainda afirma que a principal forma de censura são ações judiciais, o que é corroborado pelo Relatório de Transparência da Google que mostra que o Brasil está entre os países que mais enviaram ordens judiciais para retirada de conteúdo das plataformas dessa empresa. Os meios mais comuns de cerceamento da liberdade de expressão são jurídicos através dos chamados crimes contra honra. Nesse sentido, tal como afirma a Human Rights Watch a respeito do caso de Gentili, “leis que estabelecem sanções penais contra a injúria, a difamação e a calúnia são incompatíveis com a obrigação internacional de proteger a liberdade de expressão”.

Mas qual é a origem dessas formas de cerceamento da liberdade de expressão?

A resposta passa por entender como leis e direitos são formulados e aplicados de forma personalista em países patrimonialistas como o Brasil. Isso quer dizer que direitos e liberdades não são considerados como universais a todos indivíduos, mas como concessões do Estado a serem distribuídas desigualmente entre diferentes grupos de status, e para regular a sociedade. Por exemplo, enquanto políticos contam com “imunidade parlamentar” para dizerem o

que quiserem, o cidadão comum tem sua liberdade de expressão restringida sob o pretexto dos crimes contra honra. Ou como disse Voltaire: “Para saber quem controla sua vida, simplesmente descubra quem você não tem permissão de criticar”.

Nessa lógica, a liberdade de expressão depende de quem fala, o que fala e para quem fala. Temos até uma expressão cotidiana que reflete essa condição: “Você sabe com quem está falando?” Ou seja, nem mesmo fora dos meios de comunicação, a liberdade de expressão pode ser exercida por todos de forma igual, por exemplo, o caso de uma agente de trânsito que, numa blitz em 2011, rebocando um carro sem documentos e placa, o proprietário se identificou como juiz e a agente, interpretando isso como uma “carteirada”, disse “é juiz, mas não Deus”, por causa disso ela foi condenada por crime de abuso de poder e ofensa contra o juiz. Ou, então, o advogado que foi parar na delegacia, após criticar um ministro do STF durante um voo. Casos como estes não são raros e mostram como a liberdade de expressão depende de “quem é você” na hierarquia do poder na sociedade. As leis de injúria, difamação e calúnia nesse contexto existem exatamente para garantir que

a liberdade de expressão seja uma concessão desigualmente concedida pelos “donos do poder”.

A pergunta que fica é: será mesmo que Danilo Gentili teria sido condenado se tivesse protestado e criticado outra pessoa que não uma deputada? Acho que todos sabemos a resposta para essa pergunta.

Não existe meia liberdade de expressão, ou você tem liberdade de falar ou não tem. A liberdade de expressão inclui dizer qualquer coisa para qualquer pessoa, incluso criticar e debochar de qualquer coisa a respeito de qualquer pessoa. Na verdade, ela existe exatamente para poder dizer coisas incômodas. Ou seja, todos têm o mesmo direito: provocador e provocado; debochador e debochado; caluniador e caluniado; ofensor e ofendido; governante e governado; maioria e minorias. O direito de liberdade de expressão deve ser um limite ao poder dos governantes, nunca um limite aos governados. J. S. Mill já mostrou que a liberdade de expressão é extremamente útil para poder discernir entre bons argumentos e argumentos ruins. Existem opiniões e falas incômodas e ofensivas mesmo, mas como já escreveu Lysander Spooner “vícios não são crime”.

27 ABR 2019

GAZETA DO POVO

Cármen Lúcia impede psicólogos de atender casos de reorientação sexual

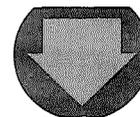
● A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a Ação Popular na qual o juiz federal Waldemar Cláudio de Carvalho, da 14ª Vara do Distrito Federal, havia permitido a liberdade profissional e de pesquisa de psicólogos quando procurados, voluntariamente, por pessoas que apresentem atração por outras do mesmo sexo, e se sintam desconfortáveis com essa situação. A decisão da ministra é de

9 de abril, mas foi publicada na quarta-feira (24). Em dezembro de 2017, o juiz de Brasília atendeu parcialmente ao pedido de uma Ação Popular, formulada por um grupo de psicólogos, que pedia a suspensão dos efeitos da Resolução 001/1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Depois de perder a ação, o CFP recorreu da decisão ao STF. Cármen Lúcia decidiu então suspender a ação.

Ex-procurador Rodrigo Janot se aposenta do Ministério Público

● O ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot, de 62 anos, disse adeus ao Ministério Público Federal. Na quinta-feira (25), o Diário Oficial da União publicou a Portaria nº 336, de 22 de abril, assinada pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, que concede aposentadoria voluntária ao ex-procurador. Janot foi chefe do MPF por dois mandatos, entre 2013 e 2017. Durante este período, ele denunciou ao menos 30 políticos de seis partidos na Operação Lava Jato e em desdobramentos da maior investigação contra a corrupção do país. PP, MDB e PT são as legendas que tiveram mais representantes acusados. Na lista está o alto escalão da República do país: os ex-presidentes Michel Temer (PMDB) - por duas vezes -, e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), além do senador Aécio Neves (PSDB-MG), foram acusados por Janot. O ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) também foi alvo de três denúncias.

EM BAIXA



● Procurador e coordenador da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, Deltan Dallagnol irá responder a um processo administrativo disciplinar. A denúncia foi aceita pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) na tarde de terça-feira (23), por dez votos a quatro. Dallagnol irá responder por conta de uma entrevista à Rádio CBN, em que disse que os ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski formam "uma panelinha que manda uma mensagem muito forte de leniência a favor da corrupção". "Os três mesmos de sempre do Supremo Tribunal Federal que tiram tudo de Curitiba e que mandam tudo para a Justiça Eleitoral e que dão sempre os habeas corpus, que estão sempre formando uma panelinha assim que manda uma mensagem muito forte de leniência a favor da corrupção", disse Dallagnol.

26 ABR 2019

FOLHA DE LONDRINA

Hipnose forense pode ser ferramenta para investigações

criminais

Especialista pretende implantar projeto para treinar profissionais da área de segurança

Aline Machado Parodi
Reportagem Local

A hipnose forense poderá, futuramente, ser uma importante ferramenta de apoio nas investigações no País. Essa é a proposta do psicólogo Alaor Cardoso, hipnólogo e perito criminal. O especialista pretende desenvolver um projeto para treinamento de profissionais da área de segurança pública para abordagens mais modernas da prática. “Há uma evolução mundial da aplicação da técnica, um novo conceito que abrange um conhecimento mais amplo das pessoas”, afirmou Cardoso, que participou recentemente do Seminário de Psicopatologia Forense e Hipnose Forense, realizado em Londrina pelo Instituto Keynes.

Segundo ele, o profissional precisa, mais do que saber extrair informações da vítima, “ler” as expressões para identificar a veracidade das informações. O foco principal da hipnose forense é ajudar as vítimas ou testemunhas a lembrar de detalhes que pos-

sam ficar “escondidos na memória”. “A pessoa pode reviver, referenciar o fato como se estivesse vivendo agora”, explica Cardoso. A técnica só pode ser conduzida por profissionais da saúde: psicólogos, médicos, fisioterapeutas e dentistas.

Cardoso ressalta que o modelo adotado no Brasil – baseado apenas na indução do transe – está ultrapassado. “Existe toda uma comunicação que o corpo estabelece, muitos elementos por trás dessa comunicação. É esse novo modelo que queremos estabelecer de forma que permita que através da entrevista perceba-se se a comunicação é verdadeira, confusa ou falsa”, declara.

Segundo ele, o desconhecimento do assunto é grande e há confusão, inclusive de terminologia, e são raros os profissionais que trabalham com a hipnose forense. “Há confusão entre hipnose e transe. A primeira é a técnica e a outra o estado em que a pessoa está hipnotizada. A hipnologia é a ciência que estuda os estados de transe”, explica.

Não há no Brasil nenhum perito criminal habilitado em hipnose forense nos Institutos de Criminalísticas do País. O Paraná tinha o único laboratório especializado dentro do Instituto de Criminalística em Curitiba. O psicólogo Rui Fernando Sampaio, que morreu em 2018, foi perito do Instituto de Criminalística do Paraná por mais de 30 anos e deixou grande contribuição na aceitação das técnicas de indução em meio investigativo.

De acordo com Cardoso, existe a previsão da retomada das atividades do laboratório, mas a Sesp (Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária) preferiu não comentar o assunto e apenas informou, por meio da assessoria de imprensa, que o Instituto de Criminalística está passando por reestruturação e que o assunto é discutido internamente.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

26 ABR 2019

PROVAS

A hipnose forense é um recurso que colabora na ilustração do caso, mas não uma prova final. “Ela vai nortear a investigação”, afirma o psicólogo Alaor Cardoso. Segundo ele, ainda existe resistência dos advogados com a efetividade dos resultados obtidos.

A advogada e trainer em Programação Neurolinguística e em Hipnose Clínica, Leila Santana Arias Cunningham, integrante da Comissão de Direito Sistemático da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) em São Paulo, afirma que uma das razões da descrença é por conta das exposições de cenas de truques em palco ou na rua sobre determinados tipos de indução hipnótica.

“Importante lembrar que a hipnose pode ser comparada a um instrumento cirúrgico, como o bisturi, por exemplo. Utiliza-se o bisturi para obter-se acesso ao local pretendido a ser efetuado o procedimento necessário. É o que se passa com o uso da hipnose”, exemplifica.

Segundo Cunningham, o sistema jurídico brasileiro permite todos os meios de provas, desde que não tenham sido obtidas de forma ilícita. Ela acrescenta que o uso da técnica pode ser “de grande valia para a solução de casos complexos”. “A hipnose forense tem trazido resultados confiáveis em suporte a investigações criminais e tribunais em alguns países como os Estados Unidos.

Ela cita o caso “O Povo versus Schoefeld”, de 1980, em Chowchilla, na Califórnia. Em estado hipnótico, um motorista de ônibus fez o retrato falado perfeito do sequestrador e pôde lembrar a placa do carro que interceptou o veículo, levando os sequestradores à condenação e prisão”, relatou.

Em 1997, o trabalho do psicólogo Rui Fernando Sampaio auxiliou na elaboração do retrato falado do suspeito de assassinato do empresário Júlio César Marino. O empresário foi morto com três tiros a queima-roupa em dezembro de 1997, na casa dele, na área central de Londrina.

O perito criminal Luciano Bucharles, do Instituto de Criminalística de Londrina, trabalhou com Sampaio. “Eu o ajudava nos casos, mas quem fazia o trabalho era ele. Era uma ferramenta (hipnose) que ajudava muito”, comentou Bucharles, que lamentou a extinção do serviço, mas comentou que não há interesse dos criminalistas na técnica pela complexidade da atividade.

26 ABR 2019

FOLHA DE LONDRINA

Em resposta a Fachin, Moraes defende inquérito das fake news

São Paulo - O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu o inquérito instaurado pelo próprio STF para apurar ameaças, ofensas e a disseminação de notícias falsas contra a Corte. Em manifestação de três páginas, o ministro também negou que tenha havido censura na decisão em que determinou a remoção de reportagens publicadas na revista digital "Crusoé" e no site "O Antagonista".

CONTESTAÇÃO

Os esclarecimentos de Moraes foram enviados ao ministro Edson Fachin; relator de uma ação em que a Rede Sustentabilidade contesta a abertura da investigação por iniciativa do próprio Supremo, sem o acompanhamento do Ministério Público.

"O objetivo do inquérito é claro e específico, consistente na investigação de notícias fraudulentas (fake news), falsas comunicações de crimes, denúncias caluniosas, ameaças e demais infrações (...) que atinjam a honorabilidade institucional do Supremo Tribunal Federal e de seus membros, bem como a segurança destes e de seus familiares, quando houver relação com a dignidade dos ministros, inclusive com a apuração do vazamento de informações e documentos sigilosos", escreveu Moraes a Fachin.

26 ABR 2019

FOLHA DE LONDRINA

Raquel pede ao STF 22 anos de prisão para Collor na Lava Jato

São Paulo - Em alegações finais, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que imponha ao senador Fernando Collor (PROS) uma pena de 22 anos, 8 meses e 20 dias, em ação penal no âmbito da Operação Lava Jato.

Raquel apontou a suposta participação do senador em propinas, que somadas, chegariam a R\$ 50,9 milhões em contratos da BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras. Ele é acusado de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

A procuradora-geral detalha que "entre 2010 e 2014, uma organização criminoso instalou-se nas Diretorias da Petrobras Distribuidora S/A - BR Distribuidora - capitaneada pelo Partido Trabalhista Brasileiro, em particular na figura do Senador Fernando Collor, e também pelo Partido dos Trabalhadores.

Segundo Raquel, Collor participou de supostas propinas de "pelo menos R\$ 9.950.000,00 em razão de contrato de troca de bandeiras em postos de combustíveis". Ele também teria recebido vantagens de "pelo menos R\$ 20.000.000,00 em razão de contratos para a construção de bases de distribuição de combustíveis celebrados entre a BR Distribuidora".

A procuradora diz que Collor também integrou suposto esquema envolvendo "pelo menos R\$ 1.000.000,00 em propinas em razão de contrato de gestão de pagamentos e programa de milhagens". E ainda propinas de "R\$ 20.000.000,00 para viabilizar hipotético e futuro contrato de construção e leasing de um armazém de produtos químicos em Macaé/RJ".

Em sua defesa, o senador alagoano afirmou que "mais uma vez será demonstrada a fragilidade da denúncia".

26 ABR 2019

FOLHA DE LONDRINA MAZZA

Aposta na Lava Jato

A maior parte da população quer a continuidade da Lava Jato, embora as perdas gradativas que vem sofrendo como a reação a penas exacerbadas no STJ, ao reduzir consideravelmente a sentença de Lula, que podem ocorrer nos demais processos.

A cada novo feito como o dessa semana com a delação de gerente da Delta de que teria dado R\$ 24 milhões de propina ao lendário Paulo Preto, ex-diretor da Dersa, no governo de José Serra em São Paulo, assiste-se à desconstrução da classe política, fator chave que botou a direita no poder face aos abusos das várias esquerdas e também os da destra apanhados.

Ridículo o esforço de alguns analistas de verem nas ações da polícia, ministério público e justiça uma articulação de direita como se tivesse um grau seletivo, ainda que haja arbítrio nesse carimbo ideológico, pois todas as tonalidades do espectro foram alcançadas e na síntese essa maioria é mesmo ladra, independentemente do discurso que praticam, o que não amaina seus atos como no caso de José Dirceu, em que aparenta tudo menos o Che Guevara imaginado por alguns do seu séquito, mesmo que respeitado o seu silêncio e discrição na prisão, postura de firmeza inquestionável.

Aqui no Paraná a retomada das audiências da Patrulha Rural (há enorme ansiedade em torno da acareação entre Beto Richa e o empresário Toni Garcia) devolve ritmo a um processo que é uma variação de tecnologia nas formas de meter a mão no jarro, delito com know how, prova de que o imaginário da corrupção é lucrativo empreendedorismo, tanto que uma das empresas envolvidas fez acordo de leniência para não perder espaço operacional e ser declarada inidônea, certamente olhada como traidora como se dá no caso dos políticos que se transformam em delatores.

27 ABR 2019

FOLHA DE LONDRINA

Por data-base, servidores planejam grande mobilização no 29 de abril

Ratinho Jr. deve ouvir funcionalismo na data marcada pela "batalha no Centro Cívico" de 2015

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - Servidores públicos estaduais do Paraná realizam nessa segunda-feira (29), a partir das 8h30, uma série de atos para pressionar o governo Ratinho Junior (PSD) a conceder a data-base do funcionalismo, "congelada" há três anos. De acordo com a professora Marlei Fernandes, membro da coordenação do FES (Fórum das Entidades Sindicais), a expectativa é reunir mais de 100 mil pessoas em diversos municípios, tornando a mobilização a maior desde 2015.

Naquele ano, o momento mais emblemático de uma greve histórica de docentes e funcionários de escola culminou com a "Batalha" ou o "Massacre" do Centro Cívico. O episódio em frente à AL (Assembleia Legislativa) deixou em torno de 200 trabalhadores feridos. Eles foram reprimidos pela PM (Polícia Militar) - que usou balas de borracha, cães da raça pit bull e gás lacrimogêneo - enquanto protestavam contra a reforma da previdência estadual da gestão Beto Richa (PSDB). Desta vez, porém, nenhuma das partes diz esperar qualquer conflito.

A maior concentração de pessoas deve ocorrer em Curitiba, num protesto unificado, previsto para começar às 9 horas, na Praça Santos Andrade. Os participantes seguirão na sequência em caminhada até o Palácio Iguazu, onde lideranças sindicais serão recebidas por integrantes do governo, às 11h. "Todas as categorias vão paralisar suas atividades [por 24 horas] e estar na luta de alguma forma", conta Fernandes. "Esperamos que tudo seja dentro do diálogo e equilibrado. Tanto é verdade que vamos receber a comitiva", diz o líder da situação na AL, Hussein Bakri.

Os atos também vão ocorrer em Maringá, (às 9h, em frente ao INSS, no centro); Cascavel, (às 9h, na APP-Sindicato); e em Foz da Iguaçu, (às 8h, na Praça da Paz, no centro). Já em Londrina a opção foi por não realizar uma mobilização própria. "Vamos encaminhar os companheiros para o ato unificado em Curitiba. Estamos estimando, ainda recebendo inscrições e fechando a lista, mas devem ser dois ônibus", relata o presidente da APP-Sindicato (Sindicato dos Trabalhadores em Educação) na cidade, Márcio André Ribeiro.

REIVINDICAÇÃO

A APP cita dados do Di-eese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) segundo os quais a defasagem salarial das diferentes categorias já estaria em 17,02%. O economista Cid Cordeiro, que atua na entidade, afirma que o Estado está deixando de pagar aos trabalhadores o equivalente a dois meses de salário por ano. O Sindicato argumenta que a reposição atende todos os requisitos exigidos na legislação, em especial o superávit de R\$ 2,2 bilhões no caixa do governo, registrado ao final de 2018.

Nas últimas semanas, o governador chegou a dizer que seria "muito difícil" pagar a dívida ainda neste ano. A LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2020 foi encaminhada ao Legislativo sem essa previsão. Por enquanto, porém, a negociação segue em aberto e não há nada oficial.

CONTINUA

27 ABR 2019

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O que se comenta nos bastidores da Assembleia é que poderia haver uma “troca” pela extinção da licença-prêmio, que consome boa parte do orçamento. Os funcionários públicos estaduais têm direito a três meses de licença remunerada a cada cinco anos trabalhados. Quando não usufruem do benefício, eles podem receber o equivalente em dinheiro. O problema é que a dívida do Executivo com essas licenças atualmente chega a R\$ 1 bilhão.

“Queremos abrir uma negociação. Entendemos que o governo tem condição de fazer o reajuste. Não vamos criar nenhum problema para o Estado com isso. É uma pauta que viabiliza a economia do Paraná. Todos os servidores utilizam seus salários na economia interna. Temos vários argumentos e condições de debater”, defende a coordenadora do FES.

“Tem um passivo para trás da data-base e a discussão para frente. O governo quer colocar tudo isso numa pauta só. Agora, não dá para dissociar a pauta da data-base do pagamento de licença-prêmio, de pagamento das progressões e promoções, e da discussão da hora-aula, que vai impactar seis mil professores. É um processo todo, porque o caixa é um só. Mas o governo está disposto a dialogar e avançar, ver o que pode ser feito”, diz Bakri.

27 ABR 2019

FOLHA DE LONDRINA

Moro defende permanência do Coaf no Ministério da Justiça

São Paulo - Para o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, o melhor lugar para o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), órgão de inteligência financeira que investiga operações suspeitas, é dentro de sua pasta. A fala de Moro a jornalistas, nessa sexta-feira (26), em Belo Horizonte, foi uma resposta a um comentário feito pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) em um café com a imprensa na quinta (25). O presidente disse que não se opõe a devolver o conselho ao ministério da Economia, de Paulo Guedes.

Moro afirmou que a decisão pertence ao Congresso, referindo-se à medida provisória que tramita no Senado com a proposta. "Igualmente, eu também sou aberto a qualquer decisão que seja tomada no Congresso. O que não me impede de buscar convencer os parlamentares que o melhor lugar do Coaf é atualmente onde ele se encontra", disse ele.

O ministro chamou de "lenda urbana" a história de que ter o Coaf em suas mãos teria sido uma das condições para aceitar o ministério.

O ex-juiz afirmou que não há como combater organizações criminosas hoje no país sem foco em lavagem de dinheiro e sem retirar dos criminosos os recursos que ajudam a manter as operações ilegais.

LULA

Ao ser perguntado sobre a redução da pena do ex-presidente Lula (PT) pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça), Moro disse que o petista pertence ao seu passado.

Atuando como juiz federal em Curitiba, Moro condenou Lula a 9 anos e seis meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro pelo caso do triplex de Guarujá (SP). O TRF-4 manteve a condenação, em janeiro de 2018, e aumentou a pena para 12 anos e um mês.

A decisão da corte superior tomada na terça-feira (23), porém, reduziu a pena de Lula para 8 anos e 10 meses, abrindo a possibilidade de que ele possa deixar a cadeia ainda este ano.

"Eu estabeleci uma pena, o tribunal estabeleceu outra, o STJ estabeleceu outra. Se reunir dez juízes em uma sala, cada um vai ter uma pena diferente. Isso acontece em vários casos, não só do ex-presidente. Não me cabe opinar sobre o processo envolvendo o ex-presidente", disse Moro.

27 ABR 2019

FOLHA DE LONDRINA

Justiça manda OAS devolver a Lula valores pagos em imóvel

São Paulo - A Justiça de São Paulo determinou que a construtora OAS devolva ao ex-presidente Lula valores que foram pagos pela aquisição de um imóvel no condomínio Solaris, em Guarujá (SP), onde fica o triplex que originou a condenação do petista na Lava Jato. De 2005 a 2009, Lula e a mulher dele, Marisa Letícia, que morreu em 2017, desembolsaram R\$ 179 mil em cotas de um imóvel no edifício, que começou a ser construído pela cooperativa Bancoop e posteriormente foi assumido pela OAS.

Para os investigadores da Lava Jato, a direção da OAS cometeu ato de corrupção ativa ao reservar para o ex-presidente um apartamento triplex no prédio, de valor muito superior ao das cotas pagas pelo casal. A defesa de Lula, desde o início da ação penal, afirma que as cotas, declaradas em Imposto de Renda, davam direito a um apartamento de padrão menor e nega que o ex-presidente tivesse aceitado assumir a propriedade de um triplex.

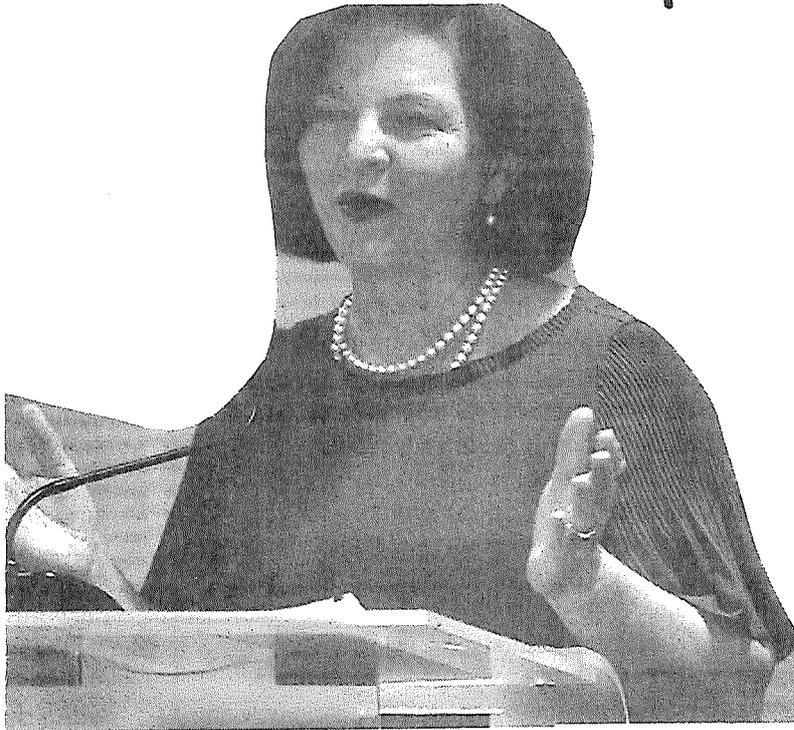
Agora, o juiz Adilson Aparecido Rodrigues Cruz, da 34ª Vara Cível de São Paulo, determinou que aqueles valores pagos na década passada sejam devolvidos a Lula. Os advogados do ex-presidente haviam pedido restituição dessas quantias. A decisão é de primeira instância e cabe recurso. A OAS entrou em recuperação judicial após a Lava Jato.

29 ABR 2019

FOLHA DE LONDRINA

Bolsonaro nega que Moro escolherá próximo procurador da República

Revista diz que presidente teria prometido
ao ministro da Justiça e Segurança Pública
a escolha do sucessor de Raquel Dodge



*A atual procuradora, Raquel Dodge, ainda
não decidiu se tentará recondução ao cargo*

*"Esse cargo, PGR, certamente
é um dos mais importantes
da República"*

CONTINUA

29 ABR 2019

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Em mensagem no Twitter, o presidente Jair Bolsonaro disse neste domingo (28) que é falsa uma nota publicada pela revista Veja, segundo a qual ele teria prometido ao ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, a prerrogativa de nomear o próximo titular da PGR (Procuradoria-Geral da República).

De acordo com a revista, a promessa foi feita antes de Moro ser anunciado como ministro, no ano passado. Por esse motivo, a lista tríplice com nomes indicados para o cargo, feita por meio de eleição organizada pela ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República), seria “peça de ficção”, segundo a Veja.

“A matéria da Veja é fake (mentira)”, diz uma postagem na conta oficial de Bolsonaro no Twitter na qual ele retuita a nota da publicação. “Esse cargo, PGR, certamente é um dos mais importantes da República. Sugestões e opiniões serão levadas em consideração pelo Governo”, acrescentou o presidente.

O mandato da atual procuradora, Raquel Dodge, encerra-se no próximo 18 de setembro, dois anos depois de ela ter assumido o posto. Pela Constituição, cabe ao presidente da República escolher o ocupante do cargo entre os membros de carreira do MPU (Ministério Público da União). O nome precisa ser aprovado por maioria absoluta no Senado.

Desde 2001, entretanto, a ANPR envia à Presidência uma lista com os três nomes mais votados pelos membros do MPU para ocupar a Procuradoria-Geral da República. A partir de 2003, a tradição tem sido a de nomear um dos três integrantes da lista.

A ANPR já iniciou os preparativos para a realização da eleição neste ano, embora o calendário para o pleito ainda não tenha sido divulgado.

Os candidatos também não foram definidos até o momento, mas já se registra movimentação nos bastidores. Raquel Dodge ainda não anunciou se irá pleitear a recondução ao cargo.

29 ABR 2019

FOLHA DE LONDRINA

OPINIÃO DO LEITOR

Suprema falta de vergonha

Se já não bastasse as inúmeras aberrações em suas decisões, agora o Supremo Tribunal Federal irá gastar R\$ 1,1 milhão na aquisição de lagostas, bacalhau, camarão, uísque, vinhos e champanhe, dentre outros caríssimos produtos destinados às refeições da Corte. E depois, ainda exigem respeito e não querem ser hostilizados nos aeroportos e em outros locais públicos, ameaçando de processo as pessoas e, mesmo a imprensa, por, simplesmente, dizerem a verdade. Diante de mais essa atitude do STF é preferível comer baratas. Tenho absoluta certeza que causa menos náusea e repugnância, além de nenhuma indignação.

LUIZ ALBERICO PIOTTO, servidor público (Cambé)

O cardápio da vergonha

Mais uma vez o STF vira notícia e causa indignação a todos os brasileiros ao lançar no dia 26.4.19 uma licitação para atender os almoços e jantares para os ministros da Casa. O presidente do órgão, Dias Toffoli, disse ao assumir o cargo que faria uma gestão de austeridade para colaborar com o ajuste fiscal. Ele faz justamente o contrário do que prometeu, enquanto o País conta com 13 milhões de desempregados, 10 milhões vivendo na linha de miséria e 15 milhões abaixo da linha de pobreza, sem falar nos hospitais públicos todos sucateados pela corrupção e desvio de verbas dos maus governantes. O ministro que não gosta de receber críticas terá que engolir essa do cardápio que consta lagosta, champanhe, vinhos 6 uvas e uísque 18 anos. Esse é o Brasil hoje, vamos aguardar o resultado da licitação e o primeiro jantar. Com tristeza pelos que sofrem e passam fome no Brasil hoje.

JOSE PEDRO NAISSER, ecologista (Curitiba)

27 ABR 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz manda empreiteira restituir Lula

Magistrado diz que ex-presidente tem direito a receber valor de 66% de unidade no mesmo prédio onde fica triplex pivô da sua condenação

Julia Affonso

O juiz Adilson Aparecido Rodrigues Cruz, da 34.^a Vara Cível de São Paulo, determinou que a empreiteira OAS e a Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop) devolvam ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva 66,67% da cota-parte do apartamento 141 adquirida pela ex-primeira dama Marisa Leticia no condomínio Mar Cantábrico, atual Solaris, no Guarujá, litoral paulista. O valor, em moeda corrente, será calculado na execução da sentença. O edifício é o mesmo onde fica o triplex, pivô da condenação do petista na Operação Lava Jato e pela qual ele cumpre pena de 8 anos e 10 meses de prisão em Curitiba.

O Solaris era da Bancoop, cooperativa fundada nos anos 1990 por um núcleo do PT. Em dificuldade financeira, a Bancoop repassou a obra inacabada para a OAS, o que provocou protesto de cooperados – eles afirmaram na Justiça que a empreiteira cobrou valores muito acima do previsto contratualmente.

Na ação, a família Lula afirmou que, em abril de 2005, adquiriu uma cota-parte para a implantação do empreendimento. A previsão de entrega, de acordo com a defesa, era 2007. Os advogados de defesa descrevem o apartamento 141 no Edifício Navia como “uma unidade padrão, com três dormitórios (um com banheiro) e área privativa de 82,5 m²”. Os advogados afirmaram que Marisa pagou entrada de R\$ 20 mil e as prestações mensais e intermediárias até setembro de 2009.

‘Apartamento’

“Está-se diante de mais uma decisão judicial que demonstra que Lula e seus familiares jamais receberam um apartamento no Guarujá como vantagem indevida.”

Defesa do ex-presidente
EM NOTA OFICIAL

Segundo os advogados, naquele ano, quando a Bancoop repassou o empreendimento à OAS e deu duas opções aos cooperados: solicitar devolução dos recursos pagos ou adquirir uma unidade, por um valor pré-estabelecido, utilizando, como parte do pagamento, o valor já pago à cooperativa.

A defesa relatou que Marisa Leticia à época não se manifestou sobre o tema, mas o fez em 2015 quando pediu a restituição dos valores colocados no empreendimento. Os advogados sustentaram que, desde então, a Bancoop “não realizou a devolução do valor investido ou forneceu qualquer justificativa” e também que “ao assumir o empreendimento e comercializá-lo, a OAS se tornou co-responsável pelo ressarcimento da cota-parte dos cooperados”. Na sentença, Rodrigues Cruz afirmou que “é parcialmente procedente”.

Defesas. Em nota, a defesa de Lula afirmou que “está-se diante de mais uma decisão judicial que demonstra que Lula e seus familiares jamais receberam um apartamento no Guarujá como vantagem indevida”. “Lula e seus familiares, em realidade, são credores da OAS porque pagaram valores e nada receberam em troca”, diz o texto.

A advogada Gabriella Fregni, que defende a cooperativa na ação, afirmou que “claramente a Bancoop não possui legitimidade para responder pela restituição de qualquer valor, razão pela qual irá recorrer”. A reportagem não conseguiu contato com a defesa da OAS para comentar a decisão da Justiça.

27 ABR 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Moro reitera pedido para manter Coaf no Ministério da Justiça

Durante palestra em MG, ministro diz que conselho tem funções de combate e prevenção ao crime de lavagem de dinheiro

Leonardo Augusto
ESPECIAL PARA O ESTADO
BELO HORIZONTE

O ministro da Justiça, Sérgio Moro, reiterou ontem, em Belo Horizonte, sua defesa para que o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) permaneça sob a alçada da pasta que comanda. Segundo o ministro, o Coaf é um importante instrumento para detecção e prevenção de operações de lavagem de dinheiro e, por isso, tem “muitas conexões com órgãos de segurança pública e justiça”.

“Todo mundo já ouviu aquela frase, que é importante fazer o crime não compensar, que significa tanto mandar o criminoso para a prisão, mas igualmente confiscar o produto do crime. E, para isso, é importante termos mecanismos de detecção e prevenção de operações de lavagem de dinheiro”, disse Moro, durante palestra a empresários.

Ontem, o Estado mostrou que, em meio à negociação com deputados para garantir a aprovação da reforma administrativa, o presidente Jair Bolsonaro disse que “não se opõe” a transferir o Coaf para o Ministério da Economia. No mesmo dia, Moro afirmou que tentaria demover os parlamentares da proposta.

● ‘Prevenção’

“É importante fazer o crime não compensar, que significa tanto mandar o criminoso para a prisão, mas igualmente confiscar o produto do crime. E, para isso, é importante termos mecanismos de detecção e prevenção de operações de lavagem de dinheiro.”

Sérgio Moro

MINISTRO DA JUSTIÇA

Segundo o ex-juiz, o ministro da Economia, Paulo Guedes, tem outras coisas para se preocupar. “Taxa de juros, crescimento da economia, nova Previdência, são todas pautas importantíssimas, enquanto que o trabalho do Coaf, que é nossa unidade de inteligência financeira, de prevenção à lavagem de dinheiro, tem uma relação muito grande com o trabalho da segurança pública”, disse.

A jornalistas, após a palestra, Moro disse que, se a mudança ocorrer, vai respeitar. “O que não me impede de tentar convencer os parlamentares de que o melhor lugar do Coaf é atualmente onde ele se encontra.”

Lula. Responsável, quando juiz da 13.^a Vara Federal de Curitiba, pela condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Moro comentou a redução, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) da pena imposta ao petista no caso do triplex. “As Cortes de Justiça têm independência. Esse tema da dosimetria de pena é um tema que muitos juízes divergem”, afirmou.

27 ABR 2019

O ESTADO DE S. PAULO

'Quem sabe eu não me torne político?', diz Bretas

Juiz responsável pela Operação Lava Jato no Rio afirma que não descarta possibilidade depois que se aposentar

Beatriz Bulla

ENVIADA ESPECIAL / NOVA YORK

O juiz federal Marcelo Bretas, responsável pela Lava Jato no Rio, disse ontem que não descarta entrar para a política no futuro. "Quem sabe, se daqui a alguns anos, se eu me aposentar, eu não me torne um político, não é? Pode ser, eu não sei", afirmou o juiz em Nova York. Bretas falou sobre o assunto ao ser questionado sobre a situação atual do Rio. Segundo ele, essa avaliação está "além de sua capacidade" e a pergunta deveria ser dirigida ao governador.

"Sei que a imprensa está aqui, adianto que não tenho projeto, não estou planejando nada disso, mas quem sabe? Um dia

'Aposentadoria'

"Quem sabe, se daqui a alguns anos, se eu me aposentar, eu não me torne um político, não é? Pode ser, eu não sei."

Marcelo Bretas

JUIZ FEDERAL

eu espero me aposentar. Se tiver saúde e chegar até lá...", completou o juiz, durante evento organizado pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos.

Assim como já havia feito no dia anterior, também em evento em Nova York, Bretas rebateu críticas à Lava Jato. Segundo ele, as críticas são "estridentes" e partem de um "mesmo grupo" que tem "interesses".

Ainda segundo o juiz, não há "abuso de autoridade" por parte de integrantes da Lava Jato. "A gente quer acertar, a gente se dedica a isso, uma das coisas com que nos preocupamos é não ter nenhum tipo de benefício pessoal com as operações." O magistrado afirmou também que

evita exposições excessivas. "Você não vai me ver na capa da *Vogue*. Agente procura se preservar para não deixar margem de crítica", disse Bretas, que mantém perfis em redes sociais.

'Oxigenação'. Bretas também falou em "renovação" e "oxigenação" do Supremo Tribunal Federal para que haja uma mudança do que chamou de "visão da prisão". "As Cortes superiores, normalmente, têm uma visão um pouco mais tradicional, que verifica que só se justifica prisão se a pessoa está fugindo, o que é uma visão antiga. Hoje em dia é muito difícil o sujeito fugir, escapar. As pessoas não querem esse tipo de fuga, elas querem é habeas corpus."

Para o magistrado, "em pouco tempo, um, dois anos", a Suprema Corte também vai ser alterada. "Não estou criticando os ministros que pensam diferente, mas essa oxigenação vai fazer muito bem para o sistema judicial", afirmou.

Para Bretas, suicídio de García foi 'fuga covarde'

Beatriz Bulla

ENVIADA ESPECIAL A NOVA YORK

O juiz Marcelo Bretas, da 7.^a Vara Federal do Rio de Janeiro, classificou o suicídio do ex-presidente do Peru Alan García como um ato "lamentável" e uma "fuga covarde". García se suicidou para evitar ser preso em razão de desdobramentos de esquemas de corrupção da Odebrecht no Peru.

"A Lava Jato, nas instâncias ordinárias, tem feito o que é possível fazer. Temos feito um trabalho razoável, tanto que outros países da América latina usam material da Lava Jato para investigar seus ex-presidentes,

presidentes. Recentemente, um deles cometeu suicídio, o que é lamentável, acho que as pessoas têm que encarar a acusação e se defender e não fugir de uma forma covarde de eventual erro", afirmou Bretas, em palestra na Câmara de Comércio Brasil-EUA, em Nova York.

Bretas citou outros países que usaram investigações feitas no Brasil para conduzir os próprios casos de corrupção local, como Peru e Equador. "Infelizmente, o Brasil é uma referência, mas também uma referência ruim. Exportou para alguns 'hermanos' algum tipo de técnica ilícita de ganhar dinheiro mais fácil em grande quantidade, corrupção", afirmou Bretas.

O corpo de García foi velado na última sexta-feira no Peru. O ex-presidente deixou uma carta em que diz que sua detenção seria uma humilhação pessoal e ele não sofreria essa injustiça.

27 ABR 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Bolsonaro pretere mais votada em lista tríplice no TSE

Presidente nomeia Sérgio Banhos como juiz titular do tribunal; Grace Mendonça havia ficado em primeiro lugar

O presidente Jair Bolsonaro decidiu pela nomeação de Sérgio Silveira Banhos como juiz titular do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O magistrado ocupará a vaga aberta após o término do primeiro mandato do ministro Admar Gonzaga Neto – que, alvo de processo sob a acusação de violência doméstica contra a própria mulher, decidiu não concorrer à reeleição para um novo mandato de dois anos. A nomeação de Banhos foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de ontem.

Bolsonaro escolheu o ministro a partir da lista tríplice aprovada pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) e pretere

riu a mais votada. Grace Mendonça, ex-advogada-geral da União no governo de Michel Temer (MDB), e Carlos Horbach, ministro substituto do TSE, completavam a relação de indicações do Supremo e foram preteridos por Bolsonaro.

Grace obteve 10 votos enquanto Banhos e Horbach tiveram sete, cada um.

Ao longo das últimas semanas, a presidente do TSE, ministra Rosa Weber, e o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), atuaram nos bastidores a favor da nomeação de Grace, que encabeçava a lista tríplice.

O Tribunal Superior Eleitoral é composto por, no mínimo, sete ministros titulares. Três deles são ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dois do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dois são representantes da classe dos advogados – estes são nomeados pelo presidente

da República com base nas listas tríplices encaminhadas também pelo STF.

Sérgio Banhos era ministro substituto do TSE e subprocurador-geral da Procuradoria-Geral do Distrito Federal. O magistrado é mestre e doutor em Direito do Estado pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica) e mestre em Políticas Públicas pela Universidade de Sussex, na Inglaterra.

Perfil. Nomeado por Bolsonaro, Sérgio Banhos será um dos ministros responsáveis pelo julgamento das ações relacionadas à campanha do então candidato do PSL à Presidência, no ano passado. Bolsonaro é alvo de oito processos que apuram supostas irregularidades durante a campanha, como o disparo em massa de mensagens no aplicativo WhatsApp contra o PT e o ataque cibernético ao grupo de Facebook Mulheres Unidas contra Bolsonaro. A defesa da campanha nega todas as acusações de irregularidades.

Na Corte Eleitoral desde 2013, Admar Gonzaga participou antontem de sua última sessão plenária como integrante efetivo do Tribunal. Ao final da sessão, Gonzaga foi homenageado pelos colegas.

27 ABR 2019

O ESTADO DE S. PAULO

COLUNA DO ESTADÃO

Bolsonaro impõe revés à ministra Rosa Weber

A nomeação do advogado Sérgio Banhos como integrante titular do Tribunal Superior Eleitoral é um revés para a presidente da Corte, Rosa Weber. Nos bastidores, a discreta ministra apoiou o nome de Grace Mendonça (ex-AGU de Michel Temer) para a vaga deixada por Admar Gonzaga. Ao escolher Banhos, o presidente Jair Bolsonaro privilegiou o critério de antiguidade, já que o escolhido atua no TSE, como ministro substituto. Também satisfaz a classe dos advogados eleitorais, que apontava Grace como “fura-fila”: seria titular sem nem ter sido suplente.

◆ **Apoio de peso.** Grace Mendonça também contava nos bastidores com a simpatia do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo.

Supremo faz licitação para comprar lagosta

O Supremo Tribunal Federal (STF) divulgou ontem informações sobre um edital de R\$ 1,134 milhão para escolher um serviço de refeições servidas pela Corte que inclui compra de lagosta, vinhos, cachaça e uísque. O menu inclui desde a oferta café da manhã, passando pelo “brunch”, almoço, jantar e coquetel. A Corte diz que seguiu padrão usado pelo Ministério das Relações Exteriores.

28 ABR 2019

O ESTADO DE S. PAULO

A verdade libertará

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) frustrou mais uma tentativa do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) de interromper a investigação que vem sendo conduzida pelo Ministério Público do Rio (MP-RJ) sobre as movimentações financeiras “atípicas” de Fabrício Queiroz, ex-assessor do parlamentar. No final do ano passado, o Estado revelou um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) que apontou uma movimentação de R\$ 1,2 milhão, entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017, nas contas de Queiroz, movimentação considerada “atípica” pelo órgão de controle dada a renda declarada pelo então assessor parlamentar e policial militar reformado.

Para obstar a investigação, o senador alegou ter tido o seu sigilo bancário quebrado pelo MP-RJ sem a devida autorização judicial, mas a tese não prosperou. O desembargador Antônio Carlos Nascimento Amado, da 3.^a Câmara Criminal do TJ-RJ, determinou o prosseguimento da investigação porque o que ora se apura, a seu ver, não está baseado em dados sigilosos obtidos por meio ilegal, como argumentava Bolsonaro. Melhor assim. Há muito a ser explicado e seria escandalosa a interrupção das investigações sobre as práticas supostamente criminosas de alguém tão próximo à família do presidente da República.

Flávio Bolsonaro já havia tentado interromper o curso das investigações contra seu ex-brasão direito recorrendo ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em janeiro, ele alegou ter prerrogativa de foro após sua eleição para o Senado. O pedido foi temporariamente acolhido por decisão cautelar do ministro Luiz Fux. Menos de um mês depois, Marco Aurélio Mello, ministro-relator do processo referente à Operação Fumaça, na qual tem origem o relatório do Coaf, determinou o retorno do processo para a primeira instância, tanto em função de um entendimento do STF sobre a aplicação da prerrogativa de foro como em razão de um fato óbvio aludido pelo MP-RJ: não se investiga a movimentação bancária do senador Flávio Bolsonaro, mas a de seu ex-assessor Fabrício Queiroz.

Por meio de nota divulgada na quinta-feira passada, Flávio Bolsonaro afirmou que “fica cada vez mais claro para o Brasil que *(ele)* não fez nada de errado”. O senador pode mesmo não ter feito “nada de errado”, mas para que isso fique “cada vez mais claro” é preciso que a investigação que envolve Fabrício Queiroz chegue ao final. O senador Flávio Bolsonaro deveria ser o primeiro a defender isso, já que Queiroz, por muitos anos, exerceu uma espécie de “chefia de gabinete” informal do então deputado estadual pelo Rio de Janeiro. Vale dizer, o que Fabrício Queiroz fazia no gabinete de Flávio Bolsonaro

na Assembleia Legislativa do Rio é de responsabilidade de seu superior imediato, embora este alegue “não saber” o que o ex-subordinado fazia. Ele é suspeito de administrar o chamado “rachid”, recolhimento de uma parte dos salários de outros assessores contratados pelo gabinete de Bolsonaro quando deputado estadual.

Ademais, a investigação há de ser levada até o fim porque as suspeitas que pairam sobre Fabrício Queiroz vão muito além da atipicidade de sua movimentação bancária. Incluem relações com as sanguinárias milícias do Rio de Janeiro. A extensão dessas relações só a investigação sobre a origem do dinheiro movimentado por ele há de dizer. O fato é que não é desconhecido o apreço que o clã Bolsonaro tem por estes “justiceiros”. A mulher e a mãe de Adriano da Nóbrega, que vem a ser chefe do chamado “Escritório do Crime”, uma das principais milícias do Rio de Janeiro, foram contratadas como assessoras do gabinete de Flávio Bolsonaro na Alerj. Alguns policiais e bombeiros envolvidos com as milícias também já foram homenageados pelo clã Bolsonaro tanto no Rio como em Brasília.

São suspeitas muito graves. O País não ficará tranquilo enquanto não souber qual o grau de proximidade que Fabrício Queiroz e a família Bolsonaro têm com as tais milícias. Só a verdade revelada por diligente investigação haverá de libertar a sociedade desta apreensão.

28 ABR 2019

O ESTADO DE S. PAULO

A inovação de R\$ 50 bilhões



Na quinta-feira passada, o Supremo Tribunal Federal (STF) inovou uma vez mais. Por 6 votos a 4, o plenário da Suprema Corte criou um benefício tributário que, segundo os cálculos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), terá um impacto negativo nos cofres da União de pelo menos R\$ 49,7 bilhões ao longo dos próximos cinco anos. Além da pernicioso consequência fiscal da decisão, o STF assumiu um papel que não lhe cabe, recorrendo a meios que não são de sua alçada. A Suprema Corte não tem competência para determinar política fiscal e tampouco para inovar em matéria tributária.

Ao julgar dois recursos da União, o STF determinou que empresas de fora da Zona Franca de Manaus (ZFM), ao comprarem insumos produzidos na região e, portanto, isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), terão direito a contabilizar como crédito tributário o valor do IPI, como se o imposto tivesse sido pago. O poder público não apenas não cobrará o imposto, como devolverá, em crédito, o valor que em tese teria sido cobrado. Essa tese é de fato inovadora: devolve-se o que nunca foi pago.

A posição que prevaleceu no plenário do STF contou com o apoio do Estado de Amazonas, bem como de políticos e empresários que defendem os benefícios fiscais da ZFM. No entanto, a decisão pode ser prejudicial à Zona Franca, já que, ao estender um benefício que antes estava restrito às empresas da ZFM, a Corte diminuiu indiretamente as vantagens da empresa que lá se instalar.

A PGFN destacou que, a médio e longo prazos, o benefício concedido pelo STF poderá levar a um empobrecimento da variedade produtiva da região. Com o incentivo dado, muitas empresas tenderão a sair da

ZFM, mantendo na região somente a parte de produção relativa aos insumos. “Em vez de produzir integralmente uma motocicleta, um aparelho de ar-condicionado ou uma TV na ZFM, as empresas preferirão transferir a maior parte do processo produtivo para o centro-sul, deixando em Manaus só a produção dos insumos: menos emprego, menos densidade tecnológica, menor efeito multiplicador na economia local”, lembrou Marcos Mendes, consultor legislativo do Senado, em artigo no **Estado**.

Vale lembrar que a concessão de benefícios fiscais, sem uma criteriosa avaliação de seus efeitos, não se mostrou benéfica para a economia do País. Desde 2003, ampliou-se enormemente o valor desses benefícios na esfera federal. Naquele ano, os gastos tributários representaram 2% do PIB (R\$ 34 bilhões). Em 2017, o percentual foi de 4,1% (R\$ 270 bilhões). Em vez de acelerar o crescimento econômico, esse estímulo tributário, que agravou a crise fiscal do Estado, foi um dos fatores que levaram o País à recessão iniciada em 2014.

Ao defender a criação do benefício, o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, disse que “aqui devemos ter em mente o federalismo de cooperação” entre os diversos Estados. Era o reconhecimento de que a decisão do STF produzirá impactos sobre os outros entes da Federação. Como se sabe, mais do que favorecer a cooperação, esse tipo de atuação do Judiciário dá ocasião a novos acirramentos na guerra fiscal entre Estados. Os entes federativos que se sentirem prejudicados pela isenção do IPI serão fortemente tentados a criar outros benefícios, agravando ainda mais a situação financeira dos entes da Federação.

O Poder Judiciário deve ser extremamente cauteloso ao adotar decisões com impacto sobre a política fiscal dos Estados. A definição dessa política compete aos Poderes

Executivo e Legislativo, que estão sujeitos ao escrutínio e ao controle do voto popular. As inovações promovidas pela Justiça em matéria tributária agravam ainda mais a complexidade de um sistema reconhecidamente intrincado e disfuncional, que retira produtividade e competitividade da economia nacional. Com os inúmeros desequilíbrios e distorções dessa seara, o melhor que o STF pode fazer é conter o seu ímpeto de, sozinho, querer administrar tributos. Suas inovações são caras. A de quinta-feira custará R\$ 50 bilhões.

29 ABR 2019

BEMPARANÁ

Protesto deve mobilizar 10 mil servidores no Centro Cívico

Cerca de 120 mil funcionários públicos do Paraná aguardam negociação salarial

Narley Resende

Um protesto marcado para hoje deve reunir cerca de 10 mil pessoas em Curitiba e até 30 mil em todo o Paraná, segundo sindicatos de servidores públicos estaduais. Professores e funcionários de escola da rede pública do Paraná e outras categorias do funcionalismo estadual farão uma paralisação hoje, cobrando reajuste nos salários das categorias que está congelado há três anos. Caravanas de todas as regiões do Estado estão confirmadas para a manifestação central em Curitiba.

A concentração terá início às 8h30, na Praça Santos Andrade, no centro. O ato público começará às 9 horas e, na sequência, os manifestantes seguirão em caminhada pelas ruas da capital até o Palácio Iguazu. A passeata deve passar pela Rua Marechal Deodoro, entrar pela Praça Tiradentes e seguir pela Rua Barão do Serro Azul e Avenida Cândido de Abreu, no Centro Cívico. A previsão é de que os manifestantes cheguem ao Centro Cívico às 11 horas. Uma reunião entre lideranças sindicais e integrantes do governo está marcada para o mesmo horário na sede do governo estadual.

O governo não revelou se apresentará uma proposta, apenas receberá a pauta de reivindicações e nem quais



Protesto do ano passado em Curitiba

secretários devem participar da reunião. De acordo com a assessoria, o governo apenas confirma a reunião e o horário.

Entre reivindicações diversas, de mais de 30 sindicatos, a principal é o congelamento dos salários defasados em 16% de inflação que deixou de ser paga, chegando a 17,02% a partir da data-base, que é na próxima quarta-feira (1ª). A proposta que os sindicatos vão oferecer ao governo, que foi fechada em assembleias, é de reajuste de 4,8% neste ano, referente a inflação de 12 meses, e uma negociação em relação ao passivo dos 11,53% restantes dos anos em que os salários não foram corrigidos.

Por enquanto, o Palácio Iguazu se limita a dizer em nota que "com relação a qualquer alteração na folha salarial, o governo do Paraná avalia as condições fiscais, financeiras e legais. Uma das decisões da equipe de gestão foi fazer uma au-

ditoria na folha do funcionalismo para saber se todos os pagamentos atendem aos requisitos legais. O governo seguirá priorizando o diálogo com todos os servidores públicos", diz a nota.

Na semana passada, o secretário chefe da Casa Civil, Guto Silvo, disse em entrevista à Rádio T que "nós temos uma lei do ano passado, aprovada, do orçamento, que não previa aumento para este ano". A App-Sindicato, que representa professores, afirma que "a informação não procede" e que "o Estado possui as condições legais, fiscais e orçamentárias para pagar a data-base, sem qualquer risco de comprometer as contas públicas".

De acordo com o economista Cid Cordeiro, do Departamento Intersindical de Economia e Estatística (Dieese), o artigo 18 da Lei Orçamentária Anual (LOA 2019) aprovada no ano passado pelos deputados e sancionada pela ex-go-

vernadora Cida Borghetti (Progressistas), além de prever o pagamento da reposição, estabelece o excesso de arrecadação como a fonte dos recursos para atender a demanda. "Em 2018, o governo do Paraná arrecadou R\$ 2,2 bilhões a mais do que o previsto no orçamento elaborado pela Secretaria da Fazenda (Sefa). Portanto, atendeu os requisitos orçamentários para pagar a data-base. Em maio do ano passado, durante as negociações da campanha salarial, nossos estudos já apontavam esse resultado. Mais uma vez o governo errou, e errou feio", relata o economista.

O economista garante que a tendência é de crescimento de 6% na receita corrente líquida do Estado. "Havendo o pagamento da inflação dos últimos 12 meses (4,8%), o índice de comprometimento com a folha de pessoal chegaria em 44,27% no mês de dezembro, abaixo dos atuais 44,56% e mais distante ainda do limite prudencial (46,55%) estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal", explica. O governo fechou o ano passado com R\$ 2,2 bilhões em arrecadação a mais (superávit) que o previsto na LOA.

A reportagem pediu entrevistas e mais esclarecimentos ao governo, mas não obteve retorno.

Joka Madruga/Arquivo

29 ABR 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Agressores vetados

Proibir a ocupação de cargos ou funções públicas por agressores de mulheres, condenados, em decisão transitada em julgado, desde a condenação até quatro anos após o cumprimento da pena estabelecida com base nas leis federais nº 11.340/2006 (Maria da Penha) e 13.104/2015 (Lei do Femicídio). Esse é o objetivo do projeto de lei (nº 305/2019) apresentado pela deputada Luciana Rafagnin (PT), na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP). Essa proibição valerá para a ocupação de cargos ou funções no âmbito dos três poderes públicos – Executivo, Legislativo e Judiciário.